UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA – UFJF
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
CURSO DE GEOGRAFIA

ESPAÇOS-TEMPOS, RUGOSIDADES E TERRITORIALIDADES NA CIDADE CAPITALISTA:

Um estudo a partir da realidade do conjunto habitacional Jardim Caiçaras, Cidade Alta de Juiz de Fora - MG

JUIZ DE FORA - MG
2011

RICARDO ANTÔNIO SANTOS DA SILVA

ESPAÇOS-TEMPOS, RUGOSIDADES E TERRITORIALIDADES NA CIDADE CAPITALISTA:

Um estudo a partir da realidade do conjunto habitacional Jardim Caiçaras, Cidade Alta de Juiz de Fora - MG

Monografia apresentada ao curso de Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Geografia

Orientador (a): Profª Dra. Maria Lúcia Pires Menezes

JUIZ DE FORA - MG
2011

RICARDO ANTÔNIO SANTOS DA SILVA

ESPAÇOS-TEMPOS, RUGOSIDADES E TERRITORIALIDADES NA CIDADE CAPITALISTA

Um estudo a partir da realidade do conjunto habitacional Jardim Caiçaras, Cidade Alta de Juiz de Fora - MG

Banca Examinadora

Orientadora: Dra.Profa. Maria Lúcia Pires Menezes

Prof. Dr.Francisco Penteado Mazzeto

Prof. Dr. Júlio G. Ambrózio

JUIZ DE FORA-MG
2011

Dedico à memória de *José Antônio da Silva*, meu pai, um genuíno “da Silva” que como muitos trabalhadores nessa sociedade, me ensinou a lutar pela justiça e pela liberdade

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto do trabalho coletivo no LATUR – Laboratório de Territorialidades Urbano-regionais, espaço que me encontrei com a Geografia e pude entender sua função e sua necessidade de dar uma resposta para as mazelas da sociedade. Lá compartilhei momentos de aprendizagem e correrias, mas acima de tudo, amizades que me fizeram entender que ser neutro e fazer ciência, são projetos impossíveis nessa sociedade.

Num primeiro momento gostaria de agradecer a tod@s trabalhadores, que através da produção social e o suor de seu trabalho permitiram que eu pudesse estudar numa universidade pública. Agradeço também à minha família, que acreditou em meu sonho, de um morador de uma periferia, que ocupou a universidade (ambiente ainda hostil aos pobres), para contribuir na formação de nosso país através da Geografia.

À minha professora e orientadora Maria Lúcia Pires Menezes, que me acolheu em na caminhada acadêmica, acima de tudo, como uma amiga. Aos professores Francisco e Júlio (pelas prosas críticas), e em especial Antônio Rezende Guedes, “o Guedes”, mente brilhante e libertária, que nos inspirou a ter capacidade de indignação.

Aos companheiros e amigos Gabriel, Régis, Watuse, Dayana, Lili, Judson, Gil, Vítor, Sandro, Bidu (das várias conversas anarquistas), Sanderson, Felipe, Carina, Fabrício, Antônio, Flavinho (companheiro de zona Norte), André Galego, Rodriguim, Karina, Nina e tantos outros, que agora não me lembro, mas que fizeram parte desta trajetória.

Agradeço também a tod@s da Associação dos Geógrafos Brasileiros Seção Local Juiz de Fora e do Diretório Acadêmico de Geografia - DAGEO, que deram vida e sentido para nossa “Geografia em Movimento”.

Enfim, agradeço a tod@s àqueles que acreditam junto comigo no *umbral de um novo mundo*, um mundo longe das desigualdades, que seja livre de fato. Viva a *Sociedade Alternativa*!

OBRIGADO!

Tempos virão em que cada homem será seu próprio rei e seu próprio pastor. Entre os homens não haverá nada além de influências recíprocas, vínculos de amor; cada um falará ao seu irmão das idéias que agitam sua mente, dos sentimentos que cruzam seu coração... Não haverá quem governe ou conduza seus semelhantes... ELISEE RECLUS – A Evolução, a Revolução e o Ideal Anarquista.

RESUMO

A abordagem associada do espaço e do tempo constitui um dos desafios para ciências humanas em geral. Entender as múltiplas trajetórias espaço-temporais que toma a cidade capitalista, além de necessário, nos permite aproximar da realidade conflitante e contraditória que vivemos. Partindo do pressuposto do espaço como “corpo vivo do tempo”, propõe-se analisar a realidade sócio-geográfica do conjunto habitacional Jardim Caiçaras no contexto da urbanização da Cidade Alta, região que se amplia rapidamente, deixando marcas concretas de conflitos temporais que ainda não se superaram na paisagem urbana. Em pouco mais de dez anos, os vários contextos de seu povoamento produziram territorialidades específicas, a partir do convívio coletivo, fragmentando o conjunto em três “microcrosmos” diferentes e até certo ponto conflitantes. Trata-se, portanto de buscar entender como a dinâmica “desigual e combinada” do capitalismo movimenta os territórios, produzindo novas territorialidades urbanas, estas, dotadas de uma multiplicidade de significados e domínios.

Palavras-chave: Espaço-tempo. Rugosidades. Territorialidades.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Charge ilustrativa dos expoentes da Teoria Crítica

Figura 2: Mapa de Localização de Juiz de Fora na Região Sudeste

Figura 3: Imagem dos Equipamentos da Cidade Alta

Figura 4: Mapa da Renda

Figura 5: Motivo da Mudança para o Caiçaras

Figura 6: Imagem e Mapa de localização do Jardim Caiçaras conjugado à imagem do *Google Earth*

Figura 7: Casa modificada e ampliada no Caiçaras I

Figura 8: Pequena Loja de roupa aberta no Caiçaras I, ampliação da funcionalidade e agregação de novos serviços

Figura 9: Quadro associativo da renda nos três Caiçaras

Figura 10: Caiçaras II, 180 casas entregues pela PJF em parceria com a EMCASA/AS em 2003 no tijolo à vista.

Figura 11: Limites entre as casas e a Reserva Biológica Santa Cândida

Figura 12: Foto do lixo jogado no interior da Reserva Biológica Santa Cândida – Unidade de Conservação

Figura 13: Caiçaras III, aspecto bastante precário sem infra-estrutura adequada

Figura 14: Quadro de relação com a casa

Figura 15: Quadro do atendimento da Prefeitura na opinião dos moradores

Figura 16: Muro que separa o Jardim Casablanca do “Granville Residence

Figura 17: Condomínio de Luxo do Morumbi separado por um muro da favela de Paraisópolis – SP

Figura 18: Comparação entre o movimento único do tempo na perspectiva mecanicista e o movimento dialético em espiral, composto por avanços e regressões concomitantes, num movimento que tende ao infinito

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO ----------11

CAPÍTULO 1: OBJETIVOS, EPISTEMOLOGIAS, TEORIAS E MÉTODOS -14

1.1 - A Relação Espaço-Tempo: Contribuições Filosóficas ----------20

1.2 - A Relação Espaço-Tempo na Geografia: Breves Considerações ----------23

CAPÍTULO 2: AS RUGOSIDADES NA CIDADE CAPITALISTA ----------27

2.1 – O Espaço Urbano de Juiz de Fora: Características Gerais ----------27

2.1.2 – A Cidade Alta de Juiz de Fora: Breves Caracterizações ----------31

2.2 – As Rugosidades e a Técnica ----------33

2.3 - As Rugosidades e o Trabalho ----------36

2.4 – As Rugosidades e o Dinheiro ----------38

2.5 – As Rugosidades e o Acesso ----------40

CAPÍTULO 3: AS TERRITORIALIDADES URBANAS: O CONJUNTO HABITACIONAL JARDIM CAIÇARAS ---------- 43

3.1 – O Jardim Caiçaras ----------49

3.1.2 – O Caiçaras I ----------50

3.1.3 - O Caiçaras II----------52

3.1.4 - O Caiçaras III ----------55

CAPÍTULO 4: PELO ESPAÇO-TEMPO ----------61

4.1 – Espaço-Tempo: Abordagem Dialética para a Compreensão ---------- 68
da Realidade/Totalidade.

4. 2 – DIÁLOGOS FINAIS: PARA NÃO CONCLUIR... ---------- 71

BIBLIOGRAFIA ---------- 75

ANEXOS ---------- 78

INTRODUÇÃO

A abordagem associada do espaço e do tempo constitui um dos desafios para ciências humanas em geral. Entender as múltiplas trajetórias espaço-temporais que toma a cidade capitalista, além de necessário, nos permite aproximar da realidade conflitante e contraditória que vivemos.

Nesse sentido, analisou-se o espaço, a partir de uma reflexão dialética do tempo, como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e ações, fixos e fluxos, contraditório e solidário no qual a história se dá (SANTOS, 2002). A palavra rugosidades é utilizada pelo referido autor como metáfora[1], para analisar os tempos passados materializados nas formas do presente, em que as diversas divisões do trabalho se dão de maneira sucessiva, sobreposta e concomitante.

De acordo este pressuposto, do espaço como "corpo vivo do tempo", propõe-se analisar a realidade sócio-geográfica do conjunto habitacional Jardim Caiçaras, localizado na Cidade Alta de Juiz de Fora, região que se expande rapidamente, deixando marcas concretas dos conflitos temporais que ainda não se superaram na paisagem urbana. Em pouco mais de dez anos, seus vários contextos de povoamento produziram territorialidades específicas, a partir do convívio coletivo, fragmentando o conjunto em três "microcrosmos" diversos e até certo ponto conflitantes no processo de consolidação enquanto bairro.

Na pesquisa empírica foi possível constatar as rugosidades expressas na persistência da condição de precariedade da estrutura urbana. Algumas melhorias pontais no conjunto foram possíveis através do investimento particular de algumas famílias de melhor poder

[1] Originária da Física Clássica para expressar as marcas acumuladas nos equipamentos em função de movimentos anteriores

aquisitivo, o que remonta contextos desiguais e combinados na relação de seus habitantes no que tange a condição intra-classe.

Assim, pode-se dizer que as rugosidades são formas e processos inerentes ao conflito histórico e dialético estabelecido por uma urbanização que homogeneíza, ao mesmo tempo fragmenta e hierarquiza as condições de vida na cidade. Tais processos contraditórios não podem ser explicados por uma abordagem geográfica pragmática e/ou tradicional, presa somente na localização/descrição das áreas, e tampouco, engessada em periodizações dos momentos da urbanização da cidade.

A abordagem associada entre rugosidades e territorialidades levou-nos a conceber o espaço além das heranças físico-territoriais, o considerando também a partir das heranças socioculturais e as representações (ROCHA & PIZZOLATI, 2005) [2]. Pode-se dizer que a acumulação desigual dos tempos, além de ser representada nas rugosidades, ou seja, no tempo passado materializado no presente em suas formas, nos mostram as diferentes constatações dos moradores a respeito da condição de precariedade das condições de vida na cidade.

A necessidade de se trabalhar o espaço-tempo, as rugosidades e as territorialidades, surge a partir da análise deste conjunto habitacional popular, que se consolida enquanto bairro há pouco mais de 10 anos numa região em processo constante de urbanização. O processo de fragmentação interna do lugar (em Caiçaras I, II e III), nos permitiu constatar os diferentes momentos-movimentos do seu povoamento, as rugosidades e as territorialidades produzidas, por meio de relatos e informações obtidos no convívio comunitário.

A diversidade interna do conjunto habitacional, além de mostrar diferentes condições no que tange a infra-estrutura, evidencia suas representações do lugar e suas funcionalidades. Para os moradores do “Caiçaras I”, o acesso à casa própria significa ascensão à classe média, através da agregação de valor e empreendimentos econômicos. Já para as outras partes assim

[2] Vide o artigo: PIZZOLATTI, Roland Luiz, ROCHA, Fernando Goulart. **Cidade: espaço de descontinuidades.** Revista Estudos Geográficos, Rio Claro: UNESP/Rio Claro, v.3(2): p. 45-53, Dezembro de 2005. Disponível em: http://www.rc.unesp.br/igce/grad/geografia/revista.htm. Acesso: 20 Dez. 2010.

denominadas “Caiçaras II e Caiçaras III”, morar ali ainda significa a sobrevivência em condições precárias de vida.

Nesse sentido, pode-se dizer que a fragmentação territorial é produto da relação dialética entre a convenção da demanda coletiva por moradia popular e a confrontação dos seus usos a partir do diferenciado processo de consolidação e expansão do conjunto habitacional.

Nossa incursão nessa pesquisa e a delimitação do seu recorte espacial foram possíveis a partir do trabalho coletivo no projeto de extensão e pesquisa “Trajetórias Urbanas: Ser e Estar na Cidade Alta de Juiz de Fora”, lotado no Laboratório de Territorialidades Urbano-Regionais da Universidade Federal de Juiz de Fora[3]. A equipe de trabalha desde 2007, por meio de entrevistas, questionários e coleta de informações gerais sobre o Jardim Caiçaras, elaborando diagnósticos sobre a vida comunitária, a infra-estrutura urbana, ao acesso a serviços básicos e à qualidade ambiental, na tentativa de estabelecer um ensaio geral sobre sua organização sócio-espacial no contexto da urbanização da cidade.

Apesar do estudo empírico do trabalho ser feito com base na escala de bairro, foi necessário estabelecer relações na escala da cidade, por isso, adotou-se o título: *Espaço-tempo, Rugosidades e Territorialidades na Cidade Capitalista.* Dividiu-se a monografia em quatro capítulos: no primeiro delineou-se o escopo da pesquisa, apresentando os objetivos, teorias e métodos, no segundo, trabalharam-se alguns diálogos teóricos e empíricos sobre as rugosidades, no terceiro, fizemos algumas reflexões sobre as territorialidades do referido local, finalizando com ensaios gerais a respeito da compreensão dialética do movimento espaço-tempo na Geografia, no quarto capítulo.

[3] LATUR/UFJF

CAPÍTULO 1: OBJETIVOS, EPISTEMOLOGIAS, TEORIAS E MÉTODOS

Pretende-se esboçar alguns recortes teórico-empíricos sobre relação espaço-tempo no urbano em Juiz de Fora, bem como destacar a necessidade da compreensão do espaço como acumulação desigual dos tempos para o entendimento das questões do território, sobretudo, as territorialidades produzidas a partir do convívio coletivo no conjunto habitacional. Para tanto, utilizou-se alguns autores que tratam de maneira indissociável as concepções de espaço e território e espaço e tempo, tornando necessário abordar o espaço numa complexa integração, de acordo com a citação de Haesbaert (2007):

> (...) a necessidade da visão do território a partir do espaço como hibrido entre a sociedade e natureza, entre política, economia e cultura, e entre a materialidade e a idealidade, numa complexa integração espaço-tempo, como nos induzem Jean Gottman e Milton Santos, na indissociação entre movimento e (relativa) estabilidade – recebem estes nomes de fixos e fluxos, circulação e "iconografias", ou o que melhor nos aprouver. Tendo como pano de fundo esta noção "híbrida" (e, portanto, múltilpa, nunca indiferenciada) de espaço geográfico, o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural (HAESBAERT, 2007, p.79).

Considerou-se o método, como um movimento conflituoso de avanços e regressos concomitantes, sem padrões e leis gerais pré-estabelecidas em suas proposições. Nesta perspectiva, Paul Feyerabend (2007), em sua obra *Contra o Método*[4], lembra sobre a problemática de se conceber o método como lei geral:

[4] FEYERABEND, Paul. **Contra o método**. 2 ed. São Paulo: UNESP, 2007.

> "Uma teoria da ciência que delineia padrões e elementos estruturais para todas as atividades científicas e os autoriza por referência a "Razão" ou "Racionalidade" pode impressionar os observadores externos – mas é um instrumento grosseiro demais para as pessoas envolvidas, isto é, para os cientistas, enfrentando problema de pesquisa concreto"
>
> E ainda:
>
> "Outra conseqüência é que o êxito da ciência não pode ser usado como argumento para tratar de maneira padronizada problemas ainda não-resolvidos. Isso poderia ser feito apenas se houvesse procedimentos que pudessem ser destacados de situações de pesquisas particulares e sua a presença garantisse êxito. (...) Fazer referência ao êxito da "ciência" a fim justificar digamos, a quantificação do comportamento humano é, portanto, um argumento sem substancia". (*Op Cit*, p.22).

As leis gerais no pensamento geográfico, conforme recorda Moreira (2008), foram influência principalmente do legado "newtoniano" e "darwinista" entre os séculos XVIII – XIX, em função do destaque dados aos modelos e leis gerais no tratamento científico da época. A necessidade e ao mesmo tempo crise da ciência instaurada, produto da divisão do trabalho, sugeria a todo o momento, uma busca incessante pelo o objeto específico de cada área da ciência, o que fez da mesma um armário repleto de gavetas e estanques (MOREIRA, 1987).

Na Geografia Clássica, os modelos introduzidos (a princípio matemáticos) tiveram seu destaque inicialmente no quadro físico da Geografia, concentrando-se inicialmente na Geomorfologia, na Climatologia e na Biogeografia[5] (MOREIRA, 2008). Outro aspecto interessante na produção do conhecimento da época foi a intensificação das dicotomias físico *versus* humano e natural *versus* social. A necessidade de "definir" categorias, abordagens e métodos de análises foi marcada pelo antagonismo da necessidade de fragmentar-se para recuperar a integralidade de visão de mundo que existia antes (MOREIRA, 2008).

Entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do XX, são introduzidos na Geografia aspectos teóricos que sinalizaram algumas rupturas em relação ao paradigma

[5] Estudos embasados principalmente na lei da gravidade para explicação dos fenômenos meteorológicos e geomorfológicos. No caso da Biogeografia a relação matemática se dava na projeção das diferentes espécies de vegetação pelo globo, como menciona o livro "As matrizes do pensamento geográfico" - v.1

fragmentário vigente. O geógrafo francês Jean Brunhes (1869 – 1940) [6], na tentativa de resgatar a integralidade da visão do mundo, inicia o debate sobre pensamento dialético na ciência geográfica, atentando para o "quádruplo tipo de contradição", formado pelas forças do Sol, da Gravidade, de construção/destruição e ordem/desordem:

> (...) das forças da desordem do Sol (as forças loucas do Sol, como diz) e forças da ordem da atração gravitacional (as forças sábias da Terra como diz), a das forças destrutivas da exploração e forças construtivas da organização e as forças da ordem e desordem. A primeira dessas contradições age como determinantes gerais da organização da superfície terrestre. As duas seguintes são formas de contradição vinculadas já ao processo de transformação da superfície em espaço organizado pelo homem. A elas se soma o movimento contrário, como uma quarta forma de contradição, de troca de cheios e vazios da repartição da densidade dos fenômenos no espaço, que conduz a uma constante rearrumação dos arranjos da sua paisagem (Brunhes *Apud* MOREIRA, 2008, p.29).

Somente a partir da segunda metade do século XX, a ala mais progressista da Geografia Regional Francesa, encabeçada por Pierre George (1909 – 2006) [7], inicia um discurso mais amplo voltado para a compreensão da totalidade. Na obra intitulada *Geografia Ativa*[8], o autor inicia a proposta de uma Geografia engajada com a denúncia das realidades espaciais (MORAES, 1983, p.118):

> Tratava-se de explicar as regiões, mostrando não apenas suas formas e sua funcionalidade, mas também as contradições sociais aí contidas: a miséria e a subnutrição, as favelas, enfim as condições de vida de uma parcela da população, que não apareceria nas análises tradicionais de aspirações ecológicas.

Na década de 70, destacou-se na Geografia Crítica, a obra de Yves Lacoste: *Geografia serve, antes de mais nada, para fazer a guerra* (1976), em que o autor além de resgatar a

---

[6] Ruy Moreira em seu livro *O Pensamento geográfico Brasileiro: as Matrizes Clássicas Originárias (p. 29)* cita a obra intitulada *Geografia Humana* de Brunhes.
[7] Geógrafo francês que representa a transição da Geografia Regional para uma perspectiva mais crítica
[8] Publicação em parceria com os autores Yves Lacoste, B. Kayser, R. Guglielmo, (MORAES, 1983, P.118)

necessidade da compreensão da totalidade, manifesta-se sobre o papel ideológico da Geografia Tradicional, especializada segundo ele, na camuflagem da realidade social e nas concepções parcializadas do espaço. De acordo com Moraes (1983), Lacoste já propunha na época, a Geografia como mais um elemento na superação da ordem capitalista.

A perspectiva de crítica a ordem estabelecida e de aproximação do conhecimento à totalidade foi adotada com mais ênfase no trabalho, aproximando nosso referencial teórico aos preceitos metodológicos e conceitos da Geografia Crítica. Vale ressaltar que a Geografia Crítica, desde seu nascedouro, encetou um diálogo com a Teoria Crítica (isto é, com os pensadores da Escola de Frankfurt), com o Anarquismo, com o pensamento de Michel Foucault, com Marx e os marxismos[9], evidenciando sua pluralidade de pensamentos, concepções teórico-filosóficas. A figura abaixo, da Revista *Hérodote* de 1976 ilustra a pluralidade mencionada:

[9] José Willian Visentini. Disponível em: http://www.geocritica.com.br/geocritica.htm

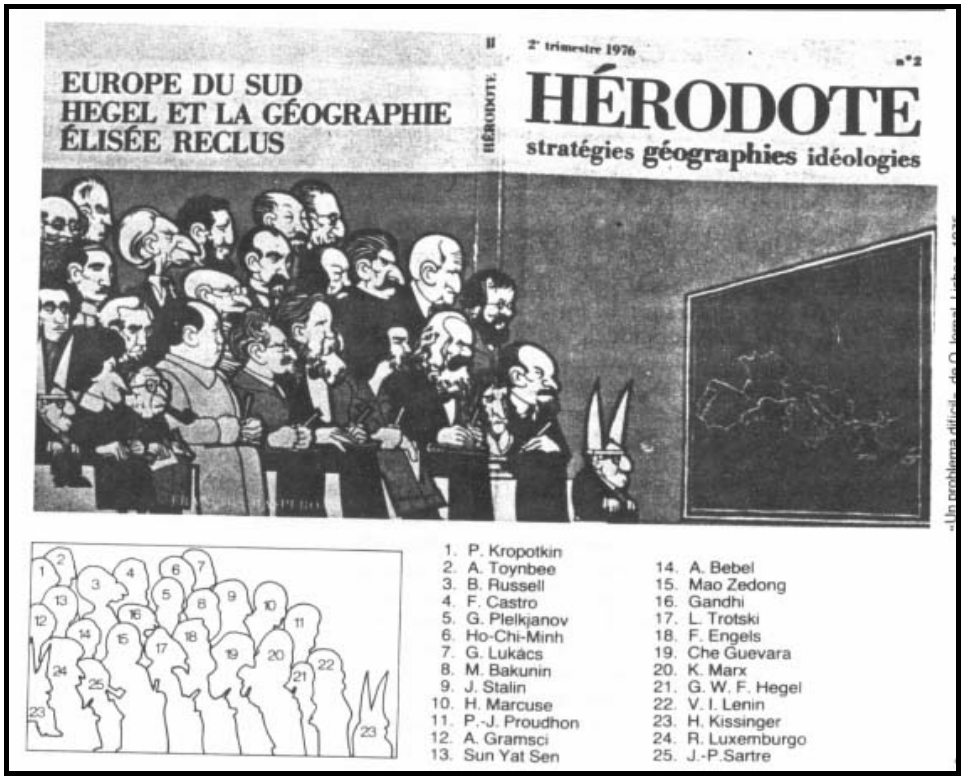


Figura 1: Charge ilustrativa dos expoentes da Teoria Crítica[10]

Apesar do destaque da Geografia Crítica em seu engajamento político travado na "Guerrilha Epistemológica[11]" a partir da década de 70, a postura crítica no pensamento geográfico vem desde o século XIX. Geógrafos anarquistas Elisèe Reclus (1830 – 1905) e Piotr Kropotkin (1842 – 1921) foram pioneiros ao criticarem a Geografia dos Estados-Maiores, propagadora, segundo eles, do sentimento nacionalista-colonial das nações européias[12], como cita Visentini (1986):

[10] Fonte: http://www.geocritica.com.br/geocritica.htm

[11] Nos termos de MORAES (1983:115)

[12] Vide as obras: *Geografia e Liberdade em Piotr Kropotkin*: apresentação para uma coletânea de textos publicada pela Associação dos Geógrafos Brasileiros, seção São Paulo: Seleção de Textos n.13, Piotr Kropotkin, organização de Vesentini, José Willian. AGB-SP, Março de 1986. *A Evolução, a Revolução e i Ideal Anarquista* de Elisèe Reclus, traduzida por Plínio Coelho (2002)

> Quando um político francês[13] proclamava recentemente que a missão dos europeus é civilizar essas raças – ou seja, com baionetas e matanças (genocídios) – não fazia mais do que elevar à categoria de teoria esses mesmos fatos que os europeus estão praticando diariamente (notadamente na África e na Ásia, no final do século XIX). E não poderia ser de outra maneira, pois desde a tenra infância inculca-se o desprezo pelos "selvagens", ensina-se a considerar como se fosses verdadeiros crimes determinados hábitos e costumes dos "pagãos", ao tratar as "raças inferiores" como são chamadas, como se fossem um verdadeiro câncer que só deve se tolerado enquanto o dinheiro ainda não penetrou. Até agora os europeus têm "civilizado os selvagens" com Whisky, tabaco e seqüestros; os têm inoculado com seus vícios; os têm escravizado. Porém, é chegado o momento em que nós devemos considerar obrigados a oferecer-lhes algo melhor – isto é, o conhecimento das forças da natureza, a ciência moderna, a forma de utilizar o conhecimento científico para construir um mundo melhor (KROPOTKIN *Apud* Visentini, 1986, p.4) [14].

No Brasil, a Geografia Crítica teve seu destaque a partir do final da década de 70. Destacaram-se as obras: *Por Uma Geografia Nova* (1978) de Milton Santos, *Geografia, Pequena História Crítica* (1983) de Antônio Carlos Robert Moraes, *O Que é Geografia* (1982) de Ruy Moreira. Todas, revestidas de fortes questionamentos à abordagem pragmática, marcada por fragmentações e criações de modelos de apreensão da realidade.

Diante do percurso apresentado, identificou-se a dificuldade de se eleger uma abordagem metodológica específica, o desafio está em não apreender o método como um sistema fechado, ainda que o pesquisador esteja sempre à procura de um conjunto de idéias sistematizadas a seguir. Nesse sentido, Lefebvre (2009) nos lembra: "O sistema está na moda, tanto no pensamento quanto nas terminologias. Ora todo sistema tende a aprisionar a reflexão, a fechar horizontes" (*Op Cit*, 2009, p.9). Dessa forma, Damiani, (1991, p.10) também reforça:

---

[13] Alusão Paul Vidal de La Blache

[14] KROPOTKIN, Piotr. **O que a Geografia pode ser** (trad.) Apud VICENTINI, José William. GEOCRÍTICA**.** Disponível: www.geocritica.com.br/ensinohtm Acesso: 22 mai. 2009.

> O método proporciona apenas um guia, um quadro geral, uma orientação para o conhecimento de cada realidade. Em cada realidade, precisamos apreender as suas contradições peculiares, o seu movimento peculiar (interno), a sua qualidade e suas transformações bruscas; a forma (lógica) do método deve, pois, subordinar-se ao conteúdo, ao objeto, à matéria estudada; permite abordar, eficazmente, o seu estudo, captando o aspecto mais geral desta realidade, mas jamais substitui a pesquisa científica por uma construção abstrata.

Na tentativa não de definir uma metodologia, mas convergir num caminho à pesquisa elaborou-se o escopo do trabalho, constituído basicamente por revisões bibliográficas, entrevistas semi-estruturadas, visitas aleatórias a campo e aplicação de questionários. Em meio às informações obtidas, analisou-se o caso empírico da pesquisa, socializando os resultados com a comunidade acadêmica na forma de monografia de conclusão de curso.

1.1 - A RELAÇÃO ESPAÇO-TEMPO: CONTRIBUIÇÕES FILOSÓFICAS

Um importante trabalho, que nos provocou a abordar a relação espaço-tempo, foi o artigo intitulado *Espaço e Tempo: Compreensão Materialista e Dialética*, de autoria de Ariovaldo Umbelino publicado no livro *Novos Rumos da Geografia Brasileira*, SANTOS. Org. (1982).

Segundo Oliveira (1982) a problemática presente na questão da objetividade do espaço e do tempo foi o embate teórico-filosófico entre o Materialismo e o Idealismo. Nas concepções materialistas iniciais, os *pré-marxistas*[15], Copérnico (1473 – 1543), Descartes (1596 – 1650) e Newton (1643 – 1727), já reconheciam a natureza objetiva do espaço e do tempo, apesar de a considerarem como receptáculo de processos mecânicos. Tais filósofos

[15] Grifo do autor para destacar o reconhecimento da matéria como atribuição do espaço e do tempo por estes filósofos, embora sem reconhecer a dialética na relação entre espaço e tempo.

atribuíam ao tempo e ao espaço uma direção única (linear-cartesiana): o tempo era qualificado pela duração da mesma maneira que o espaço era qualificado pela extensão. Desse modo, discorrer sobre vários espaços e vários tempos significava discorrer sobre partes de uma coisa só, um espaço e tempo únicos.

Já para os idealismos de Leibniz (1636 – 1716) [16], Berkeley (1684 – 1753) [17], Kant (1724 – 1804) [18] e Hegel (1770 – 1831) [19], a característica básica era a negação da realidade objetiva como forma de existência da matéria. Para estes autores, o tempo e o espaço eram percepções subjetivas, ainda que correspondessem a certa ordem objetiva das coisas. O aspecto quantitativo do materialismo *pré-marxista* também foi refutado. Segundo eles, a duração e a extensão das coisas eram seus atributos, o tempo e o espaço suas relações (*Op Cit*, 1982). Mais tarde a Fenomenologia[20] de Edmund Husserl (1859-1938) [21] aproximou-se desta concepção quando também apregoou o *Ser humano* como o responsável pela distinção entre os tempos em suas interpretações e identificações nos objetos reais.

O Materialismo Histórico-Dialético teve forte contribuição no debate. Marx (1818 - 1893) e Engels (1820 - 1895) adotam como base de compreensão da relação espaço-tempo, a matéria em movimento em suas diversas manifestações:

> (...) O movimento é a forma de ser da matéria. Nunca em nenhuma parte, existiu e nem pode existir matéria sem movimento. (...) O movimento em seu sentido mais geral, concebido como forma de existência, como atributo inerente a matéria, compreende todas as transformações e processos que se produzem no Universo, desde as simples mudanças de lugar até a elaboração do pensamento (OLIVEIRA, 1982, p.90)

---

16 Filósofo Alemão da Tradição Escolástica em que se articulava fé e razão, teologia e filosofia para explicação do mundo real.

[17] Filósofo idealista irlandês, autor de importantes obras, dentre elas o *Tratado sobre os princípios do conhecimento*, em que inicia sua visão espiritualista do mundo.

[18]Filósofo alemão considerado como o último grande filósofo dos princípios da era moderna, indiscutivelmente um dos seus pensadores mais influentes**.** Teve forte influência na Geografia, principalmente na sua compreensão com ciência de síntese do todo

[19] Filósofo Alemão que representou o ápice do Idealismo.

[20] Ramo da ciência que estuda a essência do fenômeno por meio da consciência das coisas.

[21] Considerado o fundador da Fenomenologia.

O Materialismo ao reconhecer a essência dialética do movimento da matéria, também assume o caráter descontínuo do espaço e do tempo. O próprio Engels afirma: "*a essência do movimento é contraditória, por isso há descontinuidade da matéria*" (OLIVEIRA, 1982, p.92). Nesta perspectiva, o pensamento relativista de Einstein se aproxima dos pressupostos de Marx e Engels, no que diz respeito à coexistência dos estados materiais do espaço e do tempo em suas especificidades, dando a eles uma forma mais complexa, (PRIGOGINE, 1996)[22].

A oposição entre os materialismos (sejam eles cartesianos ou dialéticos) e os idealismos, ao invés de nos induzir nosso trabalho a uma análise sectária[23], nos levou a considerar o diálogo entre a idealidade e materialidade, o que de acordo com Castoriadis (*Apud* Haesbaert, 2007), a abordagem dialética não é nem materialista e nem idealista, mas sim material e ideal ao mesmo tempo:

> Uma dialética "não espiritualista" deve ser também uma dialética "não materialista" no sentido de que ela se recusa a estabelecer um ser absoluto, que seja como espírito, como matéria ou como totalidade, já dada de direito, de todas as determinações possíveis. Ela deve eliminar o fechamento e a totalização, rejeitar o sistema completo do mundo. Deve afastar a ilusão racionalista, aceitar com seriedade a idéia de que existe o infinito e o indefinido, admitir, sem, entretanto renunciar ao trabalho que toda determinação racional é tão essencial quanto o que foi analisado, que necessidade e contingência estão continuamente imbricadas uma na outra, que a natureza, fora de nós e em nós, é sempre outra coisa e mais do que a consciência constrói (HAESBAERT, 2007, p.163)

Desse modo foi importante ressaltar neste subitem, as contribuições filosóficas a respeito da relação espaço-tempo/materialidade-idealidade com o objetivo de reforçar a necessidade de uma visão integradora e auxiliar as leituras geográficas da realidade. Em seguida, apontaremos alguns autores que abordaram a relação espaço-tempo na Geografia.

---

[22] PRIGOGINE, Ilya. **O fim das certezas: tempo, caos e as leis da natureza**. 1ª Ed. São Paulo: UNESP, 1996.
[23] Sectária no sentido de se opor materialismo e idealismo, nas interpretações da relação espaço-tempo

1.2 - A RELAÇÃO ESPAÇO-TEMPO NA GEOGRAFIA: BREVES CONSIDERAÇÕES

Um dos pioneiros na Geografia a tratar a complexa interação entre espaço e tempo foi Elisèe Reclus. Sua celebre frase: “A Geografia é a História no Espaço da mesma forma que a História é a Geografia no Tempo” representou, de acordo com Moreira (2008), a tentativa de se dissolver a visão dicotômica entre espaço e tempo. Reclus, em sua perspectiva dialética da relação espaço-tempo, lembrava, conforme cita Duarte (2006), a problemática produzida pelos modelos cartesianos de análise da natureza tão preocupados na época em enquadrar a realidade em equações:

> Entretanto, “nuvens não são esferas, montanhas não são cones, litorais não são círculos, a casca das árvores não é lisa e tampouco a luz viaja em linha reta” Ao criticar a tentativa de submissão das formas naturais às figuras geométricas ou equações numéricas, Reclus apontava justamente a impossibilidade de os saberes matemáticos de seu tempo captarem verdadeiramente a textura da realidade (RECLUS Apud DUARTE, 2006, p.14).

Destacamos outra menção importante, a do geógrafo sueco Torsten Hagerstrand[24], que a partir dos anos 70, elabora uma série de estudos sobre a relação espaço-tempo na Geografia. Tal tendência recebeu o nome de *Geografia Têmporo-espacial*, criada pelo grupo de estudos *Time Geography Group* em Lund na Suécia. Seus pressupostos procuravam analisar as atividades dos indivíduos e das sociedades em função das variáveis espaço e tempo conjuntamente:

[24] Autor do livro *Time Geography*, onde se traduz *Geografia do Tempo*.

> A perspectiva da análise têmporo-espacial não procura ser um campo distinto e específico no conjunto das Ciências Sociais, como se fosse uma nova disciplina. mas visa promover a integração de áreas diversificadas do conhecimento superando a lacuna entre a ciência sócio-econômica, de um lado, e a ciência bio-ecológica(sic) e tecnológica, de outro (Carlstein e Thrift, 1978). É nessa integração relacionada com o uso dos recursos témporo-espaciais, que surgem das características da organização espacial, que se estabelece o potencial significativo da Geografia. A sua principal diferença reside em salientar a significância das "qualidades formais do tempo e do espaço", e não na procura de uma categoria de fenômenos substanciais que servisse de objeto específico para sua caracterização. Os fenômenos analisados são pertencentes ao mundo das Ciências Sociais e Biológicas, "consistindo em indivíduos e populações humanas, vegetais e animais à medida que interagem com o homem, com as suas atividades, com o tempo, com o espaço, com a sua organização e instituições, com as suas metas e valores, com os seus movimentos e mobilidade, com as suas percepções e ideologias, e assim por diante" (Carlstein e Thrift, 1978). Isto por que "as propriedades universalmente difundidas de tempo e espaço como dimensões locacionais, distributivas e existenciais da maior parte dos fenômenos são básicas à compreensão dos elementos e processos encontrados no mundo real (CHRISTOFOLETTI, 1985, p.71-101).

No Brasil, referenciado principalmente nas obras do historiador Fernand Braudel[25], Santos (2002) entroniza alguns estudos sobre a relação espaço-tempo na Geografia Brasileira, relacionando as diferentes escalas espaço-temporais sobrepostas e acrescentando a noção de tempo rápido e tempo lento: o primeiro diz respeito aos movimentos mais profundos das estruturas da sociedade já o segundo caracteriza situações breves e incipientes do cotidiano. Ainda em seus dizeres, lembra que a proposta de Braudel perderia a eficácia se não considerasse o tempo rápido que se antepõe o tempo lento:

> O tempo rápido não cobre a totalidade do território nem abrange a sociedade inteira. Em cada área, são múltiplos os graus e as modalidades de combinações. Mas, graças à globalização e a seus efeitos locais, os tempos lentos são referidos ao rápido, mesmo quando este não se exerce sobre os lugares e aos grupos sociais (*Op Cit*, 2002, p.267)

Pode-se dizer que os dois autores se aproximaram no que diz respeito à ruptura metodológica com a história tradicional episódica e historicizante, suplantando a idéia de uma

[25]Com base principalmente no conceito de Geohistória introduzido pela Escola Francesa dos Annales, Milton Santos desenvolveu uma proposta de um tempo espacial, para qual não bastava apenas “uma periodização da escala do mundo, mas a elaboração de outras periodizações as escalas menores, agindo por sua vez sobre escalas espaciais inferiores” (SANTOS 1996, p.42)

história linear e considerando a totalidade de múltiplas temporalidades à maneira dialética. (PIRES, 2008) [26].

Nas abordagens mais atuais, Haesbaert (2007) discorre sobre implicações da relação espaço-tempo no território, comparando a noção de desencaixe espaço-temporal ao processo de desterritorialização:

> Assim pode-se ler aí uma desterritorialização como dinâmica de esvaziamento do espaço em relação ao tempo ou vice versa: não há mais obrigatoriamente, a necessidade de que o contexto, em seu sentido tradicional de entorno imediato ou condições ambientais diretas, seja o principal elemento para compreendermos as relações sociais (ou socioespaciais) – na verdade, é a própria concepção de contexto que está sendo alterada. Cada vez mais a dinâmica social se efetiva em relação com outros níveis espaciais, outros pontos de referência, muitas vezes alheios às circunstâncias locais de contato face a face.

> E ainda:
>
> Isto tudo significa, no entanto, que não se trata propriamente nem de um "esvaziamento" nem de uma separação, como o termo desencaixe supõe, mas sim de uma espécie de alongamento, nos termos do próprio Giddens, de inter-relações mais extensas porque descontínuas, podendo associar espaços muito distantes numa mesma temporalidade. Trata-se, enfim, de espaços-tempos mais múltiplos, combinações muito mais imprevisíveis e espacialmente mais fragmentadas. (*Op Cit.*, p. 159-160)

Lefebvre (2009), por exemplo, no debate sobre a relação espaço-tempo, destaca a presença das ilhas e ilhotas de ruralidade no urbano e o fenômeno concomitante de *implosão-explosão* e *urbanidade-ruralidade* nas grandes cidades. Segundo ele, como marca de um tempo desigual, o tecido urbano também se desenvolve numa rede de malhas desiguais:

> "(...) ao mesmo tempo ainda, muitos núcleos urbanos antigos se deterioram ou explodem. As pessoas se deslocam para as periferias residenciais ou produtivas, (...) entre as malhas do tecido urbano persistem ilhotas e ilhas de ruralidade pura" (*Op Cit*, 2009, p.18)

---

[26] PIRES, Hidenburgo Francisco. **Reflexões sobre a contribuição da Geografia histórica e da Geohistória na renovação dos pensamentos geográfico e histórico no século XX**. Artigo publicado no I Colóquio Brasileiro de História do Pensamento Geográfico em 2008.

Os referenciais retratados por outros autores da Geografia como Harvey (2006:2007), Soja (2006) e Massey (2005)[27] sobre a abordagem associada do espaço-tempo nos permitiu elucidar os objetivos do trabalho no que tange a contextualização dos processos e formas desiguais no espaço social, corroborando com a necessidade da abordagem não-dissociada entre Geografia e História, espaço e tempo, passado e presente, na análise dos conflitos e contradições presentes no processo de urbanização. Todavia, não se trata de abordar de maneira aprofundada a epistemologia da relação espaço-tempo nesta monografia, faremos no próximo capítulo, breves recortes teórico-empíricos desta relação através de alguns diálogos sobre as rugosidades do espaço urbano capitalista, em específico da cidade estudada.

[27] A Citar no capítulo 3 e 4

CAPÍTULO 2: AS RUGOSIDADES NA CIDADE CAPITALISTA

No capítulo 2, trabalha-se a noção de rugosidade na cidade capitalista, associando à técnica, o trabalho, o dinheiro e o acesso. Para tanto foram necessárias breves caracterizações da cidade e da região analisada no estudo.

2.1 – O ESPAÇO URBANO DE JUIZ DE FORA: CARACTERÍSTICAS GERAIS

A cidade de Juiz de Fora está localizada na região sudeste, próxima dos principais centros urbanos do Brasil (SP, RJ e BH). Com uma população de 516.247 habitantes (IBGE, 2011), representa uma das cidades mais importantes do Estado de Minas e polariza várias cidades da micro-região da Zona da Mata pela primazia na prestação de serviços, dentre eles podemos destacar os serviços de saúde e da educação em geral.

Figura 2: Mapa de Localização de Juiz de Fora na Região Sudeste

A cidade de Juiz de Fora teve seu auge na segunda metade do século XIX, atraindo investimentos no setor têxtil pelo seu pioneirismo na integração entre indústria e iluminação pública através da construção de primeira usina hidrelétrica da América Latina, a Marmelos. Neste período, a cidade recebia investimentos do setor financeiro para o desenvolvimento do quadro técnico-profissional, fato que é constatado até hoje, através de sua primazia na prestação de serviços na região da Zona da Mata (MENEZES, 2003). O quadro de apogeu da indústria têxtil correu entre a segunda metade do século XIX[28] e a as primeiras décadas do século XX, neste período a produção de café e a agricultura de subsistência também tiveram importância substancial no somatório de riquezas da cidade.

Contudo, no mesmo tempo, as inúmeras tentativas de progresso foram acompanhadas por vários processos de segregação sócio-espacial, inerentes a produção do espaço capitalista. Algo que de acordo com a citação abaixo, remonta condições desde o período do apogeu. Em 1912, a Câmara Municipal a criara uma lei que regulamentava um teto para o preço dos

[28] Nesta época a cidade recebe o apelido de “Manchester mineira” pelo seu desenvolvimento industrial

aluguéis nas proximidades do centro, que já era muito caro diante da precariedade da renda dos trabalhadores. Essa data é contemporânea ao surgimento das primeiras periferias da cidade:

> Em 1912 com o agravamento da crise de moradia a Câmara traz de volta a lei que regulamenta o teto dos aluguéis em 30$000 e também estabelecendo normas de higiene com relação às casas. (...) o preço estipulado para teto dos aluguéis é registrado pelos próprios jornais como sendo alto. Os jornais de poucos anos depois apontam a existência de famílias que "são forçadas a morarem em escuros e apertados cubículos, pagando 15$ ou mais por mês de aluguel quando 5$ já é caro" (ALMEIDA, 2006, p.5).

A política de segregação sócio-espacial diante da sucessão de ciclos econômicos decadentes tornou-se mais evidente por meio de ações do poder público:

> "Art. 1º - Dentro do perímetro urbano não será permitida a abertura de avenidas para operários ou ruas de largura inferior a treze metros e cujo plano não for aprovado pelo agente executivo municipal." Câmara Municipal de Juiz de Fora – Resolução nº 706 de 01 de fevereiro de 1916 (*Ibid*)

Mais adiante, a crise de 1929 trouxe grandes impactos à economia, a forte queda na exportação e a pilhagem do café são fortes expressões da época. Em 1930, o governo de Getúlio Vargas, na tentativa de reduzir tais impactos, lança sua política de retenção da produção, incentivando a diminuição do estoque de café com vistas ao aumento do preço do café no mercado no mercado interno, medida esta, que ameniza, porém não resolve os impactos negativos da crise.

A partir 1940, o Brasil passa a receber também mais investimentos no setor da indústria de base, os juros baixos e a isenção de impostos foram atrativos nesse processo. A

Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), criada nessa época, representou algumas mudanças no setor industrial, substituindo os investimentos na produção de bens não-duráveis pela produção de base. Os fluxos de investimentos em capitais e infra-estrutura se direcionavam para este setor da economia, deixando o já decadente, setor têxtil, carro chefe da economia de Juiz de Fora, ainda mais em crise. A década de 40 em Juiz de Fora é marcada pela grande enchente do Rio Paraibuna. O desalojo de populações levou o governo local a investir na retificação do curso do rio, liberando as margens para ocupação de novas fábricas (MENEZES, 2007). Nesta época algumas fábricas do setor químico e siderúrgico foram instaladas na cidade, contudo não surtiram grandes impactos na economia (GERALDO, 2011).

Na segunda metade do século XX, a cidade ainda sofria com a falta de dinamismo econômico, mas ainda continuava reafirmando sua primazia na prestação de serviços. A instalação da FACIT Materiais de Escritório S/A e da Becton Dickinson indústrias cirúrgicas LTDA, não alterou significativamente o quadro de decadência econômica da cidade (*Op Cit*, 2011).

Em 1960 o Governo de Juscelino Kubitscheck cria a Universidade Federal de Juiz de Fora, aglutinando faculdades isoladas que já existia desde o século XIX (MENEZES, 2003), o que resultou na ampliação do setor imobiliário na região da Cidade Alta, e do setor de prestação de serviços em Juiz de Fora.

No Final dos anos 70, Juiz de Fora entra no projeto Centro de Porte Médio (CPM), financiado pelo BID, Banco Interamericano de Desenvolvimento e vinculado ao Ministério do Interior (MINTER). Este projeto visava classificar os centros de porte médio, mediante alguns critérios como sua posição geográfica, sua importância na região e sua funcionalidade, de modo a consolidar uma rede urbana “mais equilibrada”, (*Op Cit*, 2003).

Na mesma década, a Região Oeste (que recebe como toponímia *Cidade Alta*), começa a expandir sua malha urbana, por meio de projetos infra-estrutura intermediados pela prefeitura e seus órgãos de planejamento. Temos o destaque nesta época do Plano Diretor da Cidade Alta de Juiz de Fora, coordenado pelo IPLAN JF, projeto que consistiu basicamente na ampliação dos vetores de crescimento da região no sentido BR 040, através de obras de ampliação da malha viária e instalação de equipamentos públicos e privados de grande porte (MENEZES, 2007).

2.1.2 – A CIDADE ALTA DE JUIZ DE FORA: BREVES CARACTERIZAÇÕES

Considerada pelo Plano Diretor da década de 70, como região de expansão urbana, a Cidade Alta de Juiz de Fora, recebe investimentos estratégicos desde os anos 60, como a Universidade Federal de Juiz de Fora, o aeroporto da Serrinha, bem como a expansão da malha viária e as vias de acesso ao eixo BR 040-267, arco norte-oeste que interliga Juiz de Fora aos grandes centros urbanos do país, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo.

Localizada no entorno da bacia do córrego São Pedro é uma área densamente povoada. No tocante aos recursos ambientais pode ser considerada uma região com grandes áreas de amenidades, dentre elas podemos destacar a Reserva Biológica Santa Candida, segunda maior reserva de Mata Atlântica da Cidade.

A ampliação de equipamentos urbanos públicos e privados, revestidos com altos investimentos e aporte técnicos ampliou o povoamento e ao mesmo tempo intensificou a especulação imobiliária na região, segue a imagem com os principais equipamentos:

Figura 3: Cidade Alta, Grandes equipamentos, num dos vetores de expansão da cidade
Fonte: *Google Earth*

O processo de ocupação é bastante diverso, constituído desde ocupações tradicionais, ocupações irregulares, assentamentos precários, condomínios de alto padrão e conjuntos habitacionais populares, remontando processos desiguais e combinados nas formas e processos de apropriação dos territórios.

Desse modo, analisar as diferentes formas de apropriação dos territórios nos remete a caracterizar as rugosidades na/da Cidade Alta, onde formas de tempos anteriores co-habitam no presente, o que nos fez relacionar no estudo empírico as rugosidades, os tempos das ocupações coloniais, os tempos da modernidade e os tempos da sobrevivência na cidade capitalista, segue agora alguns elementos essenciais destas relações.

2.2 – AS RUGOSIDADES E A TÉCNICA

A abordagem sobre as rugosidades e a técnica nos remete a destacar a Geografia Francesa, uma das escolas pioneiras a estudar o fenômeno técnico na sua totalidade, ou seja, sob o viés da organização do espaço. Paul Vidal de La Blache (1845 – 1918) [29], nos seus estudos sobre os Gêneros de Vida, apregoou papel fundamental à técnica no "quadro de intercambio do homem entre si e com o meio".

Max Sorre (1880 – 1962) [30], discípulo de La Blache, expressou-se sobre a técnica na teoria dos complexos como marcas da formação e evolução dos Gêneros de Vida (MOREIRA, 2008). Pierre George em sua obra *Técnica, Construções e Destruições* distingue a cidade atual da cidade anterior, onde no século XIX era um produto cultural e na atualidade um produto técnico, como recorda Santos (2002).

A técnica em muitas vezes negligenciada nos estudos geográficos, constituiu-se em alguns casos, como a única forma de relação entre Homem e Natureza (a tecnoesfera), e também como o principal aspecto dos sistemas que marcam épocas.

A seletividade imposta pelo capital imprime, por intermédio das técnicas, novas formas no espaço geográfico. O paradoxo entre a produção coletiva e apropriação individual na ampliação do processo produtivo através das técnicas, reforça as distâncias sociais:

---

[29] Ícone da Geografia Francesa

[30] Discípulo de La Blache - grande influência na Geografia, autor da teoria dos complexos patogênicos e alimentares

> "Quanto mais o processo produtivo é complexo, mais as forças materiais e intelectuais necessárias ao trabalho são desenvolvidas, e maiores são as cidades. Mas a proximidade física não elimina o distanciamento social, nem tampouco facilita os contatos humanos não-funcionais. A proximidade física é indispensável à reprodução da estrutura social. A crescente separação entre classes agrava a distância social. Os homens vivem cada vez mais amontoados lado a lado em aglomerações monstruosas, mas estão isolados uns dos outros." (SANTOS, 2004, p.33).

Em Juiz de Fora, por exemplo, tentativa de expansão urbana intensificou os processos de segregação sócio-espacial, desterritorializando algumas comunidades[31], criando o efeito *perto-longe-atraso-progresso-lento-rápido*[32], perto em termos das distâncias físicas, porém, social, econômica e espaço-temporalmente distantes.

A figura do *Mapa da Exclusão Social*[33] mostra que na região analisada, o padrão médio de renda de certa parcela da população oscila entre 0 e 71 reais mensais e 72 e 151 reais, valores que se associam ao nível de pobreza extrema. Constata-se grande desigualdade social na região, onde altos investimentos não reverberaram em distribuição de empregos e renda:

[31] O processo de expropriação e sucateamento espaços públicos, em função da especulação imobiliária
[32] Grifo Nosso
[33] Disponível em http://www.acessa.com/cidade/arquivo/jfhoje/2009/02/10-exclusao

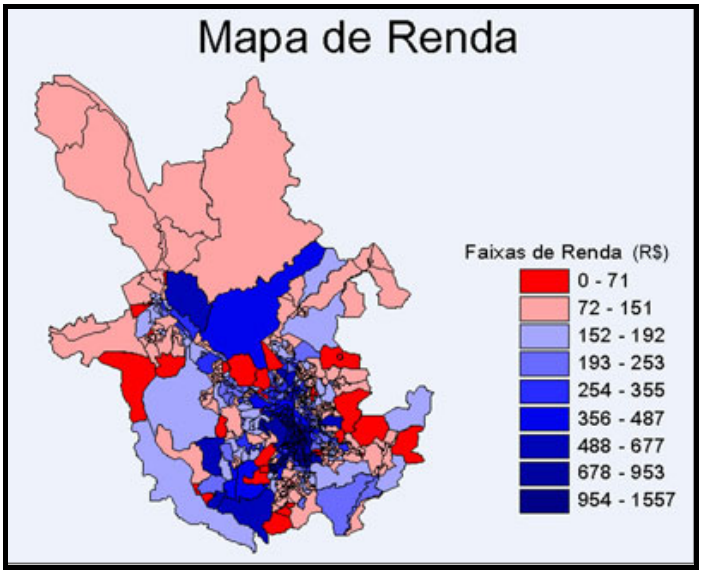


Figura 4: Mapa de Renda
Escala original 1:25.000 ampliada
Disponível em: http://www.acessa.com/cidade/arquivo/jfhoje/2009/02/10-exclusao

As rugosidades e a técnica se relacionam através da imposição de um tempo em função da reestruturação do capital, destoante da dinâmica de vida das comunidades carentes. O que pode ser constatado em nosso estudo empírico, por exemplo, foram bairros pobres, com pouca infra-estrutura básica[34], sem acesso a serviços elementares, rivalizando na paisagem com grandes equipamentos, todos, revestidos de investimentos em capitais técnicos, em logística e capacitação profissional e científica, como é o caso da UFJF, da EMBRAPA, do CAS e do Hospital Monte Sinai.

As rugosidades e a técnica relacionam-se na compreensão do espaço como acumulação desigual dos tempos. Os sistemas técnicos datados de diferentes épocas definem e são redefinidos pelos lugares: um instrumento de trabalho empregado na produção social de determinada área modifica seu valor pré-existente, ou seja, seu tempo anterior. Porém sua

[34] No caso da cidade alta, temos os bairros Jardim Casa Blanca, Adolfo Vireque, Santos Dumont e o próprio Jardim Caiçaras.

modificação se manifesta de maneira relativa, pois os tempos se cruzam e se acomodam em um movimento conflituoso e paradoxal.

A difusão desigual das técnicas no espaço se confunde com as rugosidades. Hugues (*Apud* Santos 2002) esclarece esta diferença ao citar a difusão não-homogênea das técnicas, como anomalias organizacionais dos sistemas tecnológicos que resultam no processo concomitante de atraso e progresso: o *Reverse Salients*[35]. Porém, a diferença reside, neste caso, no valor quase absoluto dado à técnica em si, ao passo que nas rugosidades, o valor concreto da técnica é dado pelo conjunto da sociedade (*Op Cit*, 2002). Todavia, difusão desigual das técnicas compõe-se como parte do fenômeno técnico em sua totalidade quando vista sob o viés da organização dos territórios.

2.3 - AS RUGOSIDADES E O TRABALHO

As relações entre as rugosidades e o trabalho se dão sob o enfoque das divisões do trabalho, sucessivas e sobrepostas. Têm-se duas perspectivas: a primeira considera a idéia clássica das diferentes divisões do trabalho sucessivas ao longo do tempo histórico, a cadeia de transformações ocorridas e seus lugares. A segunda reconhece as divisões sobrepostas num mesmo momento histórico, sendo de caráter propriamente geográfico, levando a se retomar a discussão sobre a junção entre espaço e tempo (SANTOS, 2002).

No enfoque histórico, Marx no livro *o Capital*, define o tempo da divisão social e territorial do trabalho como o tempo do modo de produção, especializando em vários ramos a vida do homem:

---

[35] Termo usado por Hughes para definir componentes do sistema técnico que se tornava velho em relação aos atuais.

> (...) A divisão do trabalho na sociedade desenvolveu-se muito com a ampliação do mercado mundial e com o sistema colonial que figura, entre as condições de existência gerais deste período. (...) A divisão apossa das outras esferas da sociedade, além da econômica, lançando por toda a parte a base para do desenvolvimento das espacialidades, para um parcelamento do homem que levou. A. Ferguson, o mestre do A. Smith, exclama: "Construímos uma nação de ilhotas e não temos cidadãos livres. (*Op Cit*, p.402:206)

No enfoque propriamente geográfico vale ressaltar a questão do "resto" das divisões do trabalho em tempos anteriores, que imprime formas e fragmenta o espaço, levando-se a considerar a relação entre a divisão social do trabalho e as formas herdadas nos lugares:

> Cada lugar, cada subespaço, assiste como testemunha e como ator, ao desenrolar simultâneo de várias divisões do trabalho. Comentemos duas situações. Lembremo-nos, em primeiro lugar, de que a cada novo momento histórico muda divisão do trabalho. É uma lei geral. Em cada lugar cada subespaço, novas divisões do trabalho chegam e se implantam, mas sem exclusão da presença dos restos de divisões do trabalho anteriores. Isso, aliás, distingue cada lugar dos demais, essa combinação específica de temporalidades, diversas. Em outra situação, consideremos, apenas, para fins analíticos, que, dentro do todo, em uma dada situação, cada agente promove sua própria divisão do trabalho. Num dado lugar, o trabalho é a somatória e a síntese desses trabalhos individuais a serem identificados de modo singular em cada momento histórico (SANTOS, 2002, p.136).

Nesta perspectiva, o processo de fragmentação do espaço e do tempo é caracterizado por Botelho (2007), não só como produto da divisão do trabalho, mas também como um instrumento de poder político: "separa-se para reinar, transformando os membros da sociedade indiferentes entre si, unidos em grupos de interesse contrapostos, isolados por barreiras invisíveis" (*Op Cit*, p.19). As áreas são hierarquizadas em termos espaço-temporais, as formas distinguem-se em espaços nobres, espaços residenciais, espaços funcionais, guetos, conjuntos de alto padrão e etc.

Outra menção importante é a de Ribeiro (1988), que discorre sobre o sistema de domestificação da vida promovido pela apropriação do tempo do homem na divisão social do

trabalho. Para ele, o tempo do homem é o tempo da venda de sua força de trabalho para a sobrevivência. Nesse sentido, ao se falar em acumulação desigual dos tempos, fala-se de um tempo, de um ritmo de produção que não é mais o natural do homem.

A apropriação do tempo no espaço capitalista é marcada pela relação de servidão e exploração e suas diferentes formas ao longo do tempo histórico. Entretanto, não se trata de um "evolucionismo" nas diferentes formas das relações de produção. As formas modificam-se sem modificar o processo de embrutecimento do homem pelo ritmo de produção (*Op Cit*, 1988). As rugosidades são expressões concretas das diversas divisões do trabalho, que se dão de maneira sucessiva, sobreposta e concomitante. São, os resquícios do modo de produção anterior no tempo presente em sua dimensão espacial. Nesse sentido, as divisões sociais sucessivas e sobrepostas do trabalho, também territoriais, estão presentes na escala espaço-temporal do lugar.

2.4 – AS RUGOSIDADES E O DINHEIRO

Contextualizar o papel do dinheiro[36] como fator da acumulação desigual dos tempos, nos induz a relacioná-lo ao processo de substituição da lógica do valor de uso[37] pela lógica do valor de troca[38]. As relações capitalistas não só se ampliaram, mas também se tornaram mais complexas. O dinheiro perdeu seu caráter de mero regulador de medida do valor de uso (moeda), e passou a ser o principal regente/ditador da reprodução ampliada do capital.

O dinheiro, além de impor regras, acelera o tempo dos territórios, colocando em choque as temporalidades e manifestando-se de maneira desigual. De acordo Santos (2002), a

[36] Expressão monetária do valor
[37] Valor do uso direto de um bem, por exemplo, a terra
[38] Valor em função da circulação de capital

alternância entre zonas de rarefação e condensação do dinheiro está relacionada à imposição de poderes, sendo este, um fator crucial no processo de desmanche dos territórios.

O processo de imposição dos tempos e desmanche dos territórios é dado fortemente pela intensificação da submissão do solo urbano ao dinheiro. As formas e processos são modificados, as descontinuidades espaciais são reforçadas, obedecendo à lógica da renda fundiária a ser extraída. O passado pode vir à tona ou desaparecer na paisagem da mesma forma que o presente pode permanecer (ou não) em sua inércia espacial. As áreas antigas são revitalizadas com o objetivo favorecer a especulação imobiliária, do mesmo modo que as formas do presente podem se modernizar, recebendo investimentos em equipamentos urbanos mais sofisticados para atender esta lógica de reprodução do capital. A singularidade das áreas pode ser considerada assim como um importante fator no processo de valorização e apropriação dos territórios.

Nesta perspectiva, Moraes & Costa (1982) [39] destacam a relação dialética entre valor contido[40] no espaço e o valor criado[41] no espaço, reafirmando a questão das singularidades como fator de transferência dos valores e determinação do preço da terra. O valor contido no espaço é a dotação de recursos na superfície terrestre, relacionada ao uso direto da terra. Já o valor criado no espaço é a vantagem obtida a partir de processos anteriores de transformação e apropriação, relacionados à circulação da mais-valia (*Op Cit*, 1982).

A valorização do espaço dota-se das rugosidades ou do tempo materializado no espaço, no qual a propriedade privada destes atributos permite (cada vez mais), a apropriação do lucro excedente. O dinheiro é tratado como atributo importante na valoração das rugosidades, incorporando-se na concretude dos processos e formas do/no espaço. Assim, o

---

[39] MORAES, A. C. R, COSTA, Wanderley Messias. **A Geografia e o processo de valorização do espaço.** In SANTOS, Milton. (Org.): **Novos Rumos da Geografia Brasileira.** 1ª ed. São Paulo: Hucitec, 1982.
[40] Valor da terra em função de seus recursos naturais
[41] Valor da terra em função de sua transformação pelo homem

tempo imposto pelo dinheiro é regido pela dinâmica da circulação e valorização do capital, que na reprodução material da vida, (re) definindo as relações de exploração na cidade.

2.5 – AS RUGOSIDADES E O ACESSO

A relação entre as rugosidades e o acesso nos acomete a destacar o papel do Estado como propagador da acumulação desigual dos tempos no espaço urbano capitalista. Nesse sentido, o Estado tende a favorecer algumas áreas em detrimento de outras na concessão do acesso aos fixos territoriais urbanos.

Conforme retrata Corrêa (2005), o Estado age de maneira desigual espaço-temporalmente, no que diz respeito à alocação de infra-estrutura e de espaços públicos de uso coletivo, interferindo/intensificando os processos de segregação sócio-espacial na cidade.

A pseudo-racionalidade e neutralidade do Estado, que em tese, atribui suas esferas (municipal, estadual e federal) a serviço de toda a população é posta em cheque quando os princípios da equidade social são negligenciados em função da reprodução ampliada do capital. Sua ação destaca-se mais pela mediação/administração dos conflitos de classe, no sentido de favorecer os segmentos da classe dominante, constantemente atrelados aos órgãos de poder.

O paradigma dual da ausência-presença, contido no processo de organização do espaço é administrado pelo Estado. A sociedade capitalista, regida pelo ritmo da acumulação, distribui instrumentos de trabalho, tecnologia e capitais de maneira desigual e combinada. O Estado, conforme cita Moraes (1982), age como agente de dotação e transformação desta distribuição, sendo assim, criador e orientador das rugosidades. Ainda nos dizeres do autor, e de acordo com Milton Santos, vale destacar:

> Tendo estabelecido estes argumentos, M. Santos avança sua proposta. Coloca que as diferenças dos lugares são naturais e históricas, e que a variação da organização do espaço é fruto de uma "acumulação desigual de tempo". Essa organização é uma combinação de variáveis, resíduos vivificados pelo tempo presente unificado num movimento geral pelo Estado. Assim, uma articulação de elementos naturais e processos históricos de passado e presente, "variáveis assincrônicas funcionando sincronicamente". Desta forma, há um contínuo processo de modernização em curso, que não atinge todos os lugares ao mesmo tempo, que é estimulado pelo Estado, que obedece à lógica do capital e não aos interesses do homem (manifestando então como "modernização maldosa"). Tal processo define os usos do solo, a apropriação da natureza, as relações entre lugares, enfim a organização do espaço. Seu traço geral é a desigualdade, pois a história do capital é seletiva, elege áreas, estabelece uma divisão territorial do trabalho, impõe uma hierarquização dos lugares, pela dotação diferenciada dos equipamentos (*Op Cit*, 1982, p.124).

De acordo com Haesbaert, (2007), o confronto estabelecido entre o acesso "aqui" (espacial) e o acesso "agora" (temporal), é carregado de marcas do passado que não se superam.

> Num sentido temporal há uma relação entre presença e agora (nowness), o presente. Mas se o passado é visto como "uma série de agoras em contínua passagem" ele é um "agora que passou", tornando assim uma ausência "concebida como um tipo de presença". Com mais razão ainda, o espacialmente distante pode ser fazer "presente", numa dissociação entre presença aqui (espacial) e presença agora (temporal) (HAESBAERT, 2007, p.168)

A realidade sócio-geográfica do Jardim Caiçaras evidenciou a concretude dos processos de acumulação desigual dos tempos na Cidade Alta, bem como sua mediação/controle através do Estado.

A diversificação dos tempos na estruturação do conjunto habitacional, a divisão em momentos no processo de povoamento e as diferentes condições postas às classes que lá habitavam, reflete as concepções urbanistas bastante diferenciadas na região. A realidade posta pela atuação desigual e combinada do Estado na concessão da infra-estrutura na região, reverberou-se na organização interna do Caiçaras, o qual se fragmentou em função da persistência de algumas condições de precariedade, produzindo além do conflito de

convivência, a lentidão quanto a necessidade de organização coletiva de seus moradores em prol da melhoria das condições estruturais do lugar.

CAPÍTULO 3: AS TERRITORIALIDADES URBANAS: O CONJUNTO HABITACIONAL JARDIM CAIÇARAS

A acumulação desigual dos tempos é constatada no conflito histórico entre alguns projetos de desenvolvimento urbano da cidade e os processos de segregação sócio-espacial por eles engendrados e/ou intensificados. A produção do espaço urbano direcionou os fluxos e os fixos na garantia da reprodução do capital, acelerando o tempo das relações capitalistas e reproduzindo efeitos desiguais nas formas de apropriação da cidade pela classe trabalhadora.

Para analisar as formas de apropriação do conjunto habitacional Jardim Caiçaras, foram abordados neste capítulo, alguns aspectos acerca da temática da territorialidade, na perspectiva das diferentes classes e extratos sociais que lá habitam. Em seguida foram feitas algumas caracterizações sobre as particularidades da área analisada.

Além dos limites estabelecidos pelos órgãos oficiais, abordou-se o processo de "territorialização da vida[42]", considerado como um aspecto fundamental na abordagem das territorialidades do espaço analisado. Os diversos grupos que lá vivem e lutam pelo direito à moradia em sua plenitude[43], demarcam seus conflitos internos nos diferentes contextos de povoamento do lugar.

Destacou-se também a imprecisão de algumas informações sobre a caracterização do lugar feita pelos órgãos oficiais. Comparamos classificação da área de estudo feita pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU, 2004) e a classificação feita pelo LATUR, onde se constatou algumas diferenças consideráveis, segue os quadros de comparação:

---

[42] Denominados por nós como um processo de territorialização dos grupos sociais em busca de uma vida em condições dignas, remontando além das necessidades fundamentais da reprodução humana num processo contínuo e gradual

[43] Para além da moradia como sinônimo de "teto para morar", mas sim destacando direitos gerais, que denotam o direito à cidade como mobilidade, lazer, cultura, educação e etc.

Quadro 01: Classificação PDDU – Região Urbana São Pedro – Assentamento Caiçaras		
Nº de habitações	Habitações improvisadas	Indicadores de carência
40	40	Assentamento espontâneo em área pública, sem a menor infra-estrutura e as moradias são barracos. Área de risco por causa das inundações. Projeto de remoção para local próximo pela EMCASA.

Fonte: PDDU, 2004

Quadro 02: Classificação LATUR – Conjunto Habitacional Jardim Caiçaras		
Nº de habitações	Habitações improvisadas	Indicadores de carência
620	15	Caiçaras III: Sem nenhum tipo de infra-estrutura urbana, sendo as poucas melhorias realizadas por moradores. Luz improvisada (padrão único) Água improvisada (padrão único) Esgoto com fossa improvisada

Fonte: Dados da Pesquisa no Laboratório de Territorialidades Urbano-regionais - LATUR/UFJF

É importante ressaltar que esta imprecisão também é dada na delimitação dos limites territoriais pelo Estado, em muitas vezes, destoante dos processos de delimitação das fronteiras construídas pelas classes e grupos sociais que habitam o lugar a partir de suas relações cotidianas.

Os conjuntos habitacionais, nos quais é atribuída à função de garantir o acesso à moradia, de maneira geral, tendem a ser considerados como espaços homogêneos, bem delimitados em seus limites e nas classes que lá vivem e se relacionam. No caso do Jardim

Caiçaras tal caracterização pode ser questionada justamente pelos processos de fragmentação interna e dos diferentes “tempos” que constituíram seu povoamento.

A respeito disso, Souza (2005) alega que o “Estadocentrismo” [44] ainda é muito presente no reconhecimento dos limites territoriais do espaço. Para ele, a temática das territorialidades, apesar de ainda estar presa aos limites oficiais, é fundamental para análise da complexidade das relações sócio-espaciais:

> Outra forma de se abordar a temática da territorialidade, mais abrangente e crítica, pressupõe não propriamente um deslocamento entre as dimensões política e cultural da sociedade, mas um flexibilização da visão do que seja território. Aqui, o território seria um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre “nós” (o grupo, os membros da coletividade ou comunidade, os *insiders*) e os “outros” (os de fora, os estranhos, os *outsiders*).
>
> E ainda:
>
> Vários tipos de organização espaço-temporal, de redes de relações, podem surgir diante de nossos olhos, sem que haja uma superposição tão absoluta entre o espaço concreto com seus atributos materiais e o território enquanto campos de forças (*Op Cit*, 2005, p.86)

O modelo “Estadocêntrico” desconsidera (na maioria das vezes) os conflitos e as relações de poder exercidas no/do território pelos grupos sociais que o compõem, negligenciando aspectos essenciais na sua própria definição e classificação. Na perspectiva do território como espaço de conflitualidades e de relações de poder, Fernandes (2005, p. 27-28.) defende que:

[44] Expressão que o autor usa para caracterizar o monopólio do Estado na definição e delimitação dos territórios

> (...) O território é o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder. (...) O território é, ao mesmo tempo, uma convenção e uma confrontação. Exatamente porque o território possui limites, possui fronteiras, é um espaço de conflitualidades.
>
> E mais:
>
> A contradição, solidariedade e a conflitividade são relações explicitadas quando compreendemos o território em sua multidimensionalidade. O território como espaço geográfico contém elementos da natureza e os aspectos produzidos pelas relações sociais. É, portanto uma totalidade restringida a intencionalidade que o criou.

A realidade do conjunto habitacional estudado explicita esta relação simultânea entre convenção, intencionalidade e confrontação. Constrói-se o espaço com o intuito geral de garantir o acesso à moradia em uma área de constante urbanização e expansão do capital, todavia, não são garantidas condições de moradia num sentido ampliado. As rugosidades das formas "precarizadas" de vida persistem, as conflitualidades afloram em função de algumas disparidades de renda de seus moradores, as intencionalidades[45] modificam-se de acordo com o seu povoamento.

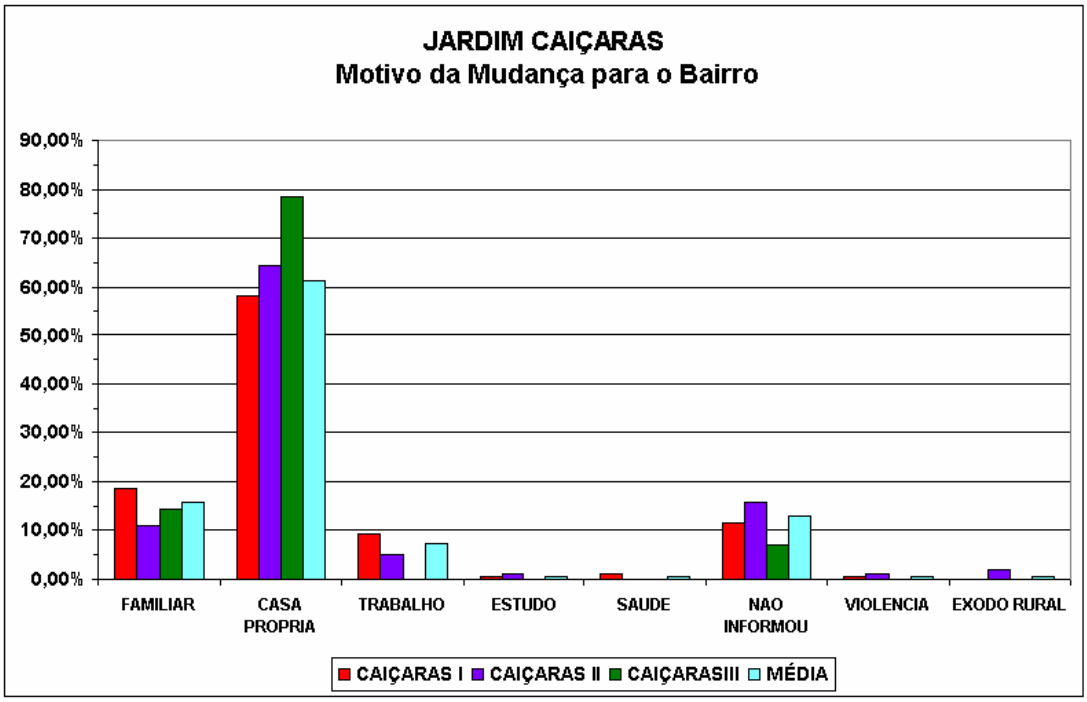
A idéia de intencionalidade relacionada às territorialidades é reforçada por Sack (1986), na questão do uso da terra e no modo como as pessoas se organizam no espaço em relação ao tempo:

> (...) A Territorialidade está intimamente relacionada em como as pessoas usam a terra e como elas organizam-se no espaço e como elas dão sentido ao lugar. Claramente, essas relações mudam, e a melhor maneira de estudá-las é a de rever sua mudança de caráter em relação ao tempo.
>
> E ainda:
>
> Ela é um meio pelo qual o espaço e o tempo estão inter-relacionados. A mudança de funções da Territorialidade nos ajuda a entender as relações históricas entre sociedade, o espaço e o tempo (*Op Cit*, 1986, p.2)

[45] Pode-se destacar o termo intencionalidade porque à medida que o acesso a casa é garantido, algumas funcionalidades para além do morar, vão surgindo, como é caso comércio, do investimento no imóvel para atender as melhorias das condições do habitar,

Vale destacar a menção, pois a constatação de algumas especificidades no que diz respeito ao processo de consolidação do conjunto enquanto bairro se deu através da análise dos desdobramentos do uso da terra, que inicialmente restringia-se ao "teto" para morar, mas que se ampliou à medida que diversas famílias de diferentes lugares foram habitando e se relacionando no lugar.

Entretanto, tais desdobramentos são parte de uma análise mais complexa, o que de fato estabeleceu o sentimento de pertencimento foi à possibilidade do acesso a casa própria. A grande maioria dos relatos indica que apesar do acesso diferenciado, "morar no que lhe é próprio" foi um aspecto fundamental de seu povoamento, ainda que, em condições precárias e mesmo com diferentes representações do morar. Segue um quadro descritivo do motivo de mudança:



fonte: LATUR, Pesquisa de Campo, 2009/2010.

Figura 5: Gráfico estatístico do motivo de mudança para o Bairro[46]

[46] A denominação Bairro é genérica e foi utilizada no questionário da pesquisa

Diante deste quadro, abordar a temática das territorialidades foi uma das formas cabíveis para analisar a complexidade da organização sócio-espacial do conjunto habitacional. A diversificação no processo de povoamento implicou numa análise mais apurada no trabalho. Apesar da consulta inicial aos documentos oficiais, não enveredamos para esta perspectiva: abordamos essencialmente as dinâmicas espaço-temporais das classes e dos grupos sociais em seus conflitos de convivência. Enfim, destacamos algumas questões que os planos oficiais não consideram ou negligenciam pelos seus desígnios ideológicos a favor da ideologia dominante.

As rugosidades podem ser consideradas como expressão do conflito histórico e dialético estabelecido por uma urbanização que homogeneíza, ao mesmo tempo fragmenta e hierarquiza as condições de vida na cidade. Tais processos contraditórios não podem ser explicados por uma abordagem geográfica pragmática e/ou tradicional, presa somente na localização/descrição das paisagens e tampouco engessada em periodizações dos momentos da urbanização da cidade. Assim, trabalhar o espaço-tempo no urbano, as rugosidades e as territorialidades foi necessário justamente pela lacuna deixada pela maioria dos estudos da Geografia, que ora assistem os processos históricos como uma *esteira rolante do tempo*[47] (com início, meio e fim) e outrora se pautam nos localismos, sem considerar a abordagem associada e concomitante do espaço e do tempo na produção dos conflitos urbanos. Seguem algumas caracterizações

3.1 – O JARDIM CAIÇARAS

Situado na região Oeste da Cidade de Juiz de Fora, num dos platôs mais elevados de Juiz de Fora, entre a Reserva Biológica Santa Cândida e o Morro do Alemão, o conjunto

[47] Grifo nosso

habitacional surge na paisagem urbana em 1998. Parcerias de projetos de moradia popular que visavam reduzir o déficit habitacional da cidade viabilizaram sua construção a partir desta data.

O processo de povoamento diversificado e complexo (como já foi dito) produziu em seu espaço interno três micro-cosmos bem diferenciados, divididos em Caiçaras I, II e III, com se vê na figura abaixo:

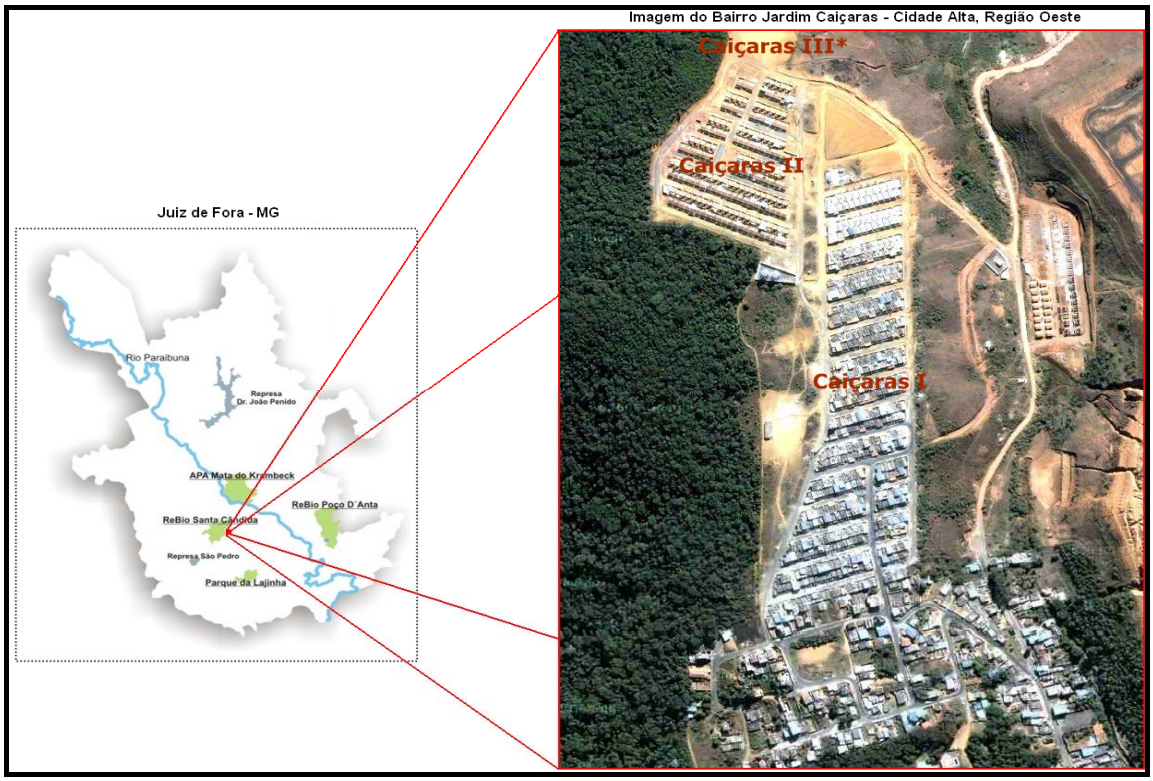


Figura 6: Imagem e Mapa de localização do Jardim Caiçaras conjugado a imagem do Google Earth
Fonte: PJF[48]

[48] Na parte do Caiçaras III não aparece as casas, pois a imagem está disponível no Google está desatualizada

3.1.2 - O CAIÇARAS I

O primeiro financiamento deu origem ao que chamamos de Caiçaras I. São 415 casas financiadas na sua totalidade por recursos do FGTS por meio da parceria entre Fundação Solidariedade Pró-Habitação e a EMCASA – S/A (Empresa Regional de Habitação); constituídas por dimensões maiores e sendo mais valorizadas, atendendo uma demanda de renda mais elevada em relação ao restante do conjunto[49].

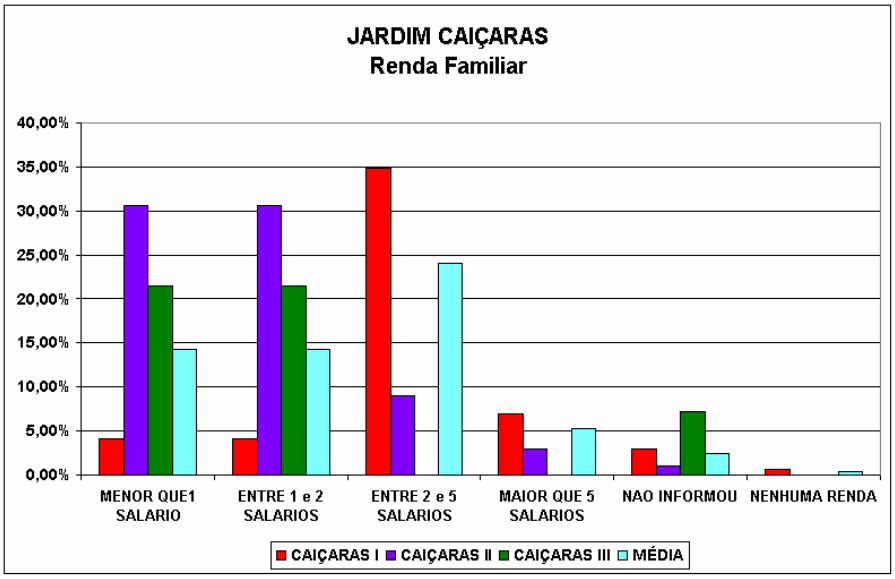
O Caiçaras I passa por um processo de valorização do espaço através da modificação de seus imóveis e da agregação de alguns serviços, como é caso dos mini-mercados, *lan houses*, lojas, padarias e etc. Pode-se considerar que o sentido ampliou-se, passando de um simples "teto" para morar para a complementação da renda e elevação do valor do imóvel, o que reflete a iniciativa familiar na valorização patrimonial do imóvel, levando conseqüentemente ao aumento da especulação[50]*:*

[49] Suas casas foram financiadas pela Caixa Econômica Federal com entrada estipulada no valor de 7000 reais mais 36 prestações de 130 reais, valor bem maior que as prestações das casas das outras partes do conjunto.
[50] Pelas entrevistas constatamos que algumas casas já valiam em torno de 100 mil reais. Casas que forma adquiridas a partir de um preço popular para baixa renda.

Figura 7: Casa modificada e ampliada no Caiçaras I
Fonte: Visita a Campo do Latur

Figura 8: Pequena Loja de roupa aberta no Caiçaras I, ampliação da funcionalidade e agregação de novos serviços.

Vale destacar que este processo, além de representar ascensão à classe média para alguns de seus moradores, reforçou alguns conflitos de vizinhança à medida que o Caiçaras II e o III ainda permaneciam carentes de algumas estruturas e seus moradores eram vistos em condição de inferioridade. Nesse sentido, o aspecto renda foi de grande valia para analisar os desdobramentos dos usos da moradia, ainda que incipientes, veja o quadro:



fonte: LATUR, Pesquisa de Campo, 2009/2010.

Figura 9: Quadro associativo da renda nos três Caiçaras

Pode-se constatar que a maioria dos moradores do Caiçaras I figura no intervalo de (2 a 5 salários mínimos), condições que os aproxima da classe média baixa. Esta diversificação e ampliação dos usos da imóvel foi possível para os moradores desta faixa justamente pelo seu grau de independência das estruturas mínimas de reprodução vida, diferenciando-se dos *outros*[51] Caiçaras. Analisemos os casos seguintes.

[51] "Vale destacar a expressão "outros" porque é assim como os moradores denominam os moradores do Caiçaras II e III, evidenciando os processos de segregação interna recorrentes em algumas práticas e discursos.

3.1.3 - O CAIÇARAS II

O processo de povoamento da parte assim denominada de Caiçaras II é oriundo de um contexto diferente do anterior. Constituído de 180 habitações em condições mais precárias, as quais foram construídas a partir da necessidade de assentar famílias removidas de diversas áreas de risco da cidade, as AEIS (Áreas de Especial Interesse Social[52].

O perfil sócio-econômico das famílias habitantes, conforme o próprio quadro acima explicita, configura-se mais como um perfil de assalariados e trabalhadores informais, (onde predominam rendas menores que 1 salário mínimo e entre 1 e 2 salários mínimos).

Outro aspecto relevante é o aporte de infra-estrutura mínima, concedido mais lentamente nesta área, o que também reforçou alguns processos de segregação interna. Nota-se uma paisagem mais *precarizada*[53]:

[52] São consideradas Áreas de Especial Interesse Social (AEIS) todas as áreas identificadas como de ocupação subnormal. Essas áreas caracterizam-se pela existência de assentamentos desprovidos dos padrões mínimos de infra-estrutura (água, luz e esgoto), acessibilidade e habitabilidade, o que as coloca numa situação de segregação social.

[53] Neologismo

Figura 10: Caiçaras II, 180 casas entregues pela PJF em parceria com a EMCASA/AS em 2003 no tijolo à vista.

É importante ressaltar sua localização numa área limítrofe à Reserva Biológica Santa Cândida, a segunda maior Área de Preservação Ambiental de Juiz de Fora. Ouro aspecto importante a mencionar é o "linhão" instalado pela CEMIG[54], que literalmente corta o conjunto ao meio, expondo seus moradores a situações de risco em função da proximidade com a rede de distribuição elétrica. Constata-se que não há nenhuma área de amortecimento, vide a figura abaixo:

[54] Companhia Energética de Minas Gerais

Figura 11: Limites entre as casas e a Reserva Biológica Santa Cândida
Fonte: Banco de Fotos LATUR

A falta de um plano de atividades voltado para a educação ambiental, a inexistência de um projeto de integração comunitária, aliados à morosidade do poder público na construção de espaços coletivos, além de intensificar os conflitos entre as pessoas e com lugar, reforçou a negligência ambiental por parte de alguns moradores, pelo fato de não compreenderem a importância da manutenção da Reserva:

Figura 12: Foto do lixo jogado no interior da Reserva Biológica Santa Cândida – Unidade de Conservação

A análise da foto é interessante em função das entrevistas coletadas, nas quais, a maioria dos moradores alegou que é importante preservar a reserva, porém continuam depositando lixo dentro às suas margens, mesmo tendo coleta no local. Verifica-se nesse caso, que apesar do discurso da ecologia cidadã, ainda existe a indiferença quanto à importância dos recursos ambientais.

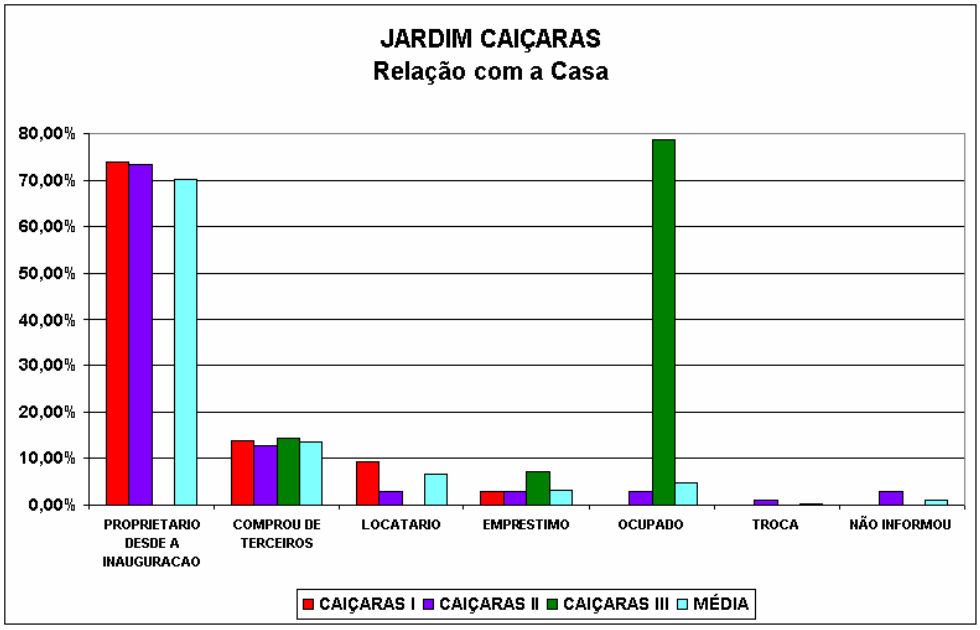
3.1.4 – O CAIÇARAS III

O Caiçaras III é produto de processos de ocupação intra-bairro. Famílias sem-teto, oriundas do entorno do bairro e de outras regiões do São Pedro ocuparam casas inacabadas do Caiçaras II como forma de garantir acesso à moradia. Tal processo gerou forte pressão ao poder público, que concedeu a construção de mais 15 habitações na parte final do conjunto por intermédio de recursos do Governo Federal em parceria com a EMCASA/SA. A condição

das moradias nesta área é ainda mais precária; sem infra-estrutura adequada, seus moradores dividem luz, água e esgoto em padrões e fossas coletivas:

Figura 13: Caiçaras III, aspecto bastante precário sem infra-estrutura adequada
Fonte: Banco de Fotos LATUR

Vale destacar que a maioria dos moradores desta parte não tem a titularidade do imóvel, o que mostra o processo seu de ocupação irregular. Segue o quadro de caracterização do acesso ao imóvel:



fonte: LATUR, Pesquisa de Campo, 2009/2010.

Figura 14: Quadro da relação com a Casa

Verifica-se neste quadro que a maioria dos moradores do Caiçaras III (quase 80%), teve acesso ao imóvel mediante a ocupação, indicando assim processos desiguais no povoamento e na conquista da moradia no lugar.

Outro aspecto curioso, agora não mais no plano da estrutura física em si, mas no plano da mobilização dos moradores, é o do tratamento dado pela prefeitura. Em nossa pesquisa de campo direcionamos algumas perguntas aos moradores, onde foi constatado que a maioria da população do Caiçaras I, parte mais valorizada do conjunto, reprova o referido tratamento, segue a ilustração:

.

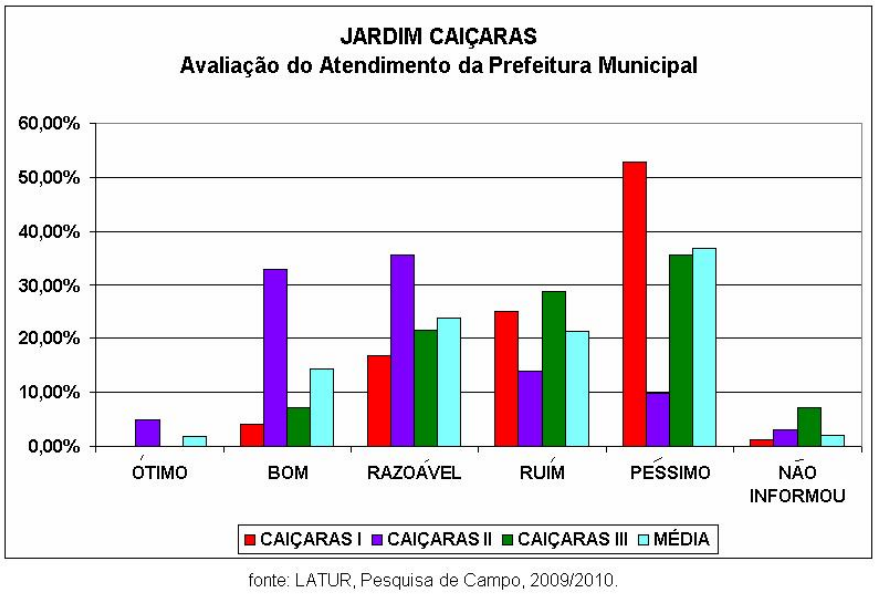


Figura 15: Quadro do atendimento da Prefeitura na opinião dos moradores

O quadro abaixo ilustra que a maioria dos moradores do Caiçaras I, parte com melhor estrutura e perfil mais elevado de renda, qualifica tal tratamento como péssimo (cerca de 60%), o Caiçaras II, com nível intermediário de precariedade juntamente ao Caiçaras III, a mais precárias das três partes, avaliam o tratamento, em sua maioria, como razoável e ruim respectivamente.

Desta forma, pode-se dizer que a acumulação desigual dos tempos, além de ser representada nas rugosidades, ou seja, no tempo passado materializado no presente em suas formas, nos mostra as diferentes constatações dos moradores, a respeito da condição de precariedade e da crítica em prol dos melhoramentos. Fato curioso na análise, pois em tese, atribuir-se-ia às áreas mais pobres do conjunto um nível maior de mobilização e em prol de melhoramentos do lugar, até mesmo pelo processo de ocupação inicial que resultou na conquista da moradia, embora ainda de maneira não-formal. Outro fato relacionado que teve seu destaque foi a demolição da sede da Associação de Moradores, expressão deste conflito

interno e dos vários interesses políticos das lideranças comunitárias representantes das três partes do conjunto.

Alega-se então, que os diferentes níveis de precariedade apresentados retratam os diferentes microcosmos da realidade sócio-geográfica, não somente na relação com a Cidade Alta, região que se expande e se dinamiza recebendo grande aporte de investimentos, mas também na história de povoamento do lugar e das representações no que diz respeito à dinâmica espaço-temporal de cada grupo que compõe suas classes sociais.

Nesse sentido, reporta-se menção de Santos (2002), a respeito dos *tempos lentos* e *tempos rápidos,* na qual, com base nas idéias de *tempo longo* e *tempo curto* do historiador Fernand Braudel, caracteriza também a dualidade da interpretação do tempo social por um grupo ou indivíduo, tratando-a assim como "temporalidade" (*Op Cit*, 2002).

A dialética entre a confrontação e a conformação dos grupos e classes sociais em seus tempos relaciona-se aos processos de sincronia e diacronia concomitante que se dão na produção do espaço. Analisando numa escala macro, o conjunto habitacional surge a partir da necessidade do "morar" de classes e grupos segregados pela seletividade capitalista na Cidade Alta. Em concomitância a este processo, o espaço do conjunto é produzido a partir de realidade de vidas discrepantes, até certo ponto conflitantes, no que se refere às dinâmicas de vida em busca dos territórios da vida ou essenciais, como: a moradia, alimentação, saúde, transporte, enfim, aspectos produtores de várias territorialidades específicas e descontínuas de acordo com os termos de Rocha & Pizzolatti (2005).

Portanto, é possível dizer que as territorialidades urbanas do Jardim Caiçaras, além de nos remeter à cidade como mercadoria e lócus da reprodução do capital, nas suas diversas escalas espaço-temporais, evidencia a conformação de um espaço coletivo um conjunto habitacional popular para a classe trabalhadora e sua confrontação interna de acordo com os desdobramentos dos usos e das perspectivas do habitar. Assim, é plausível destacar a

dinâmica do espaço-tempo no urbano, suas rugosidades e as formas de apropriação dos territórios produzidas a partir das demandas sociais.

CAPÍTULO 4: PELO ESPAÇO-TEMPO

Este capítulo consiste na defesa geral do temário da monografia. Inicialmente foram feitas revisões bibliográficas sobre a relação espaço-tempo, justificando os objetivos do trabalho através de recortes teórico-empíricos das rugosidades no espaço urbano capitalista. O terceiro capítulo configurou-se basicamente em um debate sobre a temática da territorialidade, bem como sua justificativa na pesquisa de campo da monografia. Agora na parte final deste texto, intenta-se consolidar a idéia do espaço-tempo para análise, sobretudo da dinâmica do urbano, na qual ainda impera o falso discurso da superação do tempo linear e do espaço homogêneo.

Tratar de maneira relacional espaço e tempo não significa reforçar qualquer separação entre o espaço (objeto de estudo da Geografia) e o tempo, como outrora diversos estudos das Ciências Sociais o fizeram. Trata-se, portanto, de considerar, conforme destaca Massey (2005), o espaço como multiplicidade de seqüências temporais e momentos, resgatando a idéia de descontinuidade, conflito e diversidade. Sendo assim, ao entendermos o espaço e o tempo conjuntamente e não um como resíduo do outro, significa não torná-lo banal, podendo retratar melhor suas contradições.

O discurso da modernidade enraizou na análise, sobretudo dos processos espaço-temporais, uma visão de poder. Considera-se constantemente, o tempo das classes dominantes em detrimento dos grupos sociais subordinados pela sua condição de classe. A idéia de atraso[55], ou melhor, da necessidade de se modernizar, é trajada no imaginário dominante, que não supera os conflitos espaço-temporais. Nesse sentido, pode-se alegar que a própria ideia de modernidade evidencia a multiplicidade histórica dos tempos, reforçada na descontinuidade e não na homogeneidade espacial.

[55] No sentido das condições de vida precárias

A respeito disso, Massey, (2005) resgata o pensamento produzido sobre os povos "atrasados" a partir do ideário da colonização. Para ela, o raciocínio do atraso, é produzido a partir de uma visão a - histórica de um passado que não foi superposto e nem uniformizado a partir de uma visão dominante:

> (...) Resumindo, a diferença espacial era concebida em termos de seqüência temporal. Lugares diferentes eram interpretados como estágios diferentes em um único desenvolvimento temporal. (...) A Europa Ocidental é "avançada", outras partes do mundo encontram-se um pouco atrás e outras, ainda, são "atrasadas". "A África" não é *diferente* da Europa Ocidental é (apenas) atrasada. (...) Aquela transformação da Geografia do mundo na (única) história do mundo está implícita em muitas versões da política modernista, desde a liberal progressista até algumas marxistas. Requalificar eufemisticamente "atrasado" como "em desenvolvimento" e assim por adiante, não contribui em nada para alterar o significado, é a importação da manobra fundamental: a de tornar a heterogenia espacial coexistente uma única série temporal (*Op Cit*, 2005, p.107).

Associando a afirmativa de Massey (2005) à escala da cidade, podemos espacializar, acima de tudo, a diferenças entre os tempos no que diz respeito à história da luta de classes. Ao compararmos, a exemplo, os processos de expansão urbana, aos processos de segregação sócio-espacial é possível evidenciar marcas do passado que persistem - os povos assim ditos "atrasados" e os povos ditos "avançados" rivalizam na paisagem como expressões da multiplicidade/diversidade dos momentos e conflitos, em contraposição ao discurso da modernidade, sempre defensor da uniformização dos processos e amenizador das contradições.

Na constatação empírica do trabalho foi possível destacar a presença dos muros divisores entre as áreas precarizadas e os condomínios de alto luxo, especialmente na Cidade Alta de Juiz de Fora, algo que em cidades grandes é recorrente. Os muros que dividem fisicamente estas áreas representam simbolicamente as fronteiras históricas entre o perto e o

longe, o lento e o rápido, o rico e o pobre e o atraso e progresso. A fisionomia muda, porém carrega suas contradições nas formas e nos processos, como podemos ver na figura abaixo - um bairro[56] considerado majoritariamente como ocupação irregular rivaliza com um condomínio de alto padrão:

Figura 16: Muro que separa o Jardim Casablanca do "*Granville Residence*[57].

Assim dizendo, a urbanização e a expansão não abarcam todas as áreas, reforçando descontinuidade espaço-temporal, ou seja, o que separa fisicamente segrega historicamente grupos e classes sociais distintos no processo espacial. Se para uns representa *status* social

[56] O Jardim Casablanca, área bastante precária, situado na cidade alta, se localiza ao lado do Granville Residense, um dos condomínios com imóveis mais caros da cidade

[57] Fonte: RODRIGUES, Andréia de Souza Ribeiro. **Atuais Dinâmicas Socioespaciais: A Habitação em Juiz de Fora / MG.** Orientador: Profª Drª Júlia Adão Bernardes. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005. Dissertação.

viver neste contexto de expansão e urbanização, para outros, significa a sobrevivência em condições mínimas, espoliação das condições de trabalho e precariedade da vida.

A titulo de comparação extraiu-se a foto clássica de um dos condomínios de alto padrão situados no bairro do Morumbi em São Paulo, que rivaliza lado a lado com a comunidade de Paraisópolis, umas das maiores favelas da cidade:

Figura 17: Condomínio de Luxo do Morumbi separado por um muro da favela de Paraisópolis
Fonte: http://planetamorumbi.wordpress.com/category/1/page/28/

A presença dos muros é emblemática nos dois processos, mesmo sendo em escalas e em cidades com dimensões diferentes. Então, é possível dizer que o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo se expressa concretamente nas cidades independentemente do seu estágio de urbanização. O espaço-tempo, como dimensão deste processo, também se produz de maneira desigual e combinada, fazendo das áreas em expansão e urbanização, ao mesmo tempo, áreas valorizadas, excluídas e favelizadas. No segundo caso, como ilustração desta combinação desigual, o bairro do Morumbi, considerado de alto padrão, possui uma população favelada de 47, 7% do total de seus moradores (BOTELHO, 2001)

A comparação é necessária, pois no processo de urbanização, ou pelo menos, na difusão do discurso da urbanização uniforme, defende-se um processo contínuo e gradual de crescimento da estrutura das cidades, o que pode ser questionado. Em nosso estudo empírico, constatou-se um processo dialético entre expansão/urbanização e segregação sócio-espacial, evidenciando a convergência dos espaços-tempos em termos físico-cartesianos, porém sua divergência em termos históricos e sociais.

Outra menção importante a respeitos dos muros é a sua dimensão territorial. As diferentes dinâmicas espaço-temporais dividem os territórios produzindo novas territorialidades, ou seja, novas formas de apropriação do espaço pelas classes e grupos sociais.

O Jardim Caiçaras, mesmo não possuindo muros físicos, apresenta-se como um espaço que surge a partir da reivindicação histórica da moradia na cidade, apresentando também como um espaço diverso, em função dos seus diferentes tempos de povoamento e dinâmicas de vida de seus moradores, reportando-nos novamente a questão das rugosidades, ou melhor, os tempos acumulados desigualmente neste processo, ainda que em pouco mais 10 anos de existência.

Apesar de o conjunto surgir no contexto de acesso à moradia, mediante ao processo de expansão da Cidade Alta, ele revela algumas especificidades: a vinda de moradores Sem-Teto e a garantia do acesso a casa própria para pessoas de baixa renda, representou nos contrários dialéticos, a outra face deste processo de expansão, ou seja, a luta frente aos processos de segregação inerente a essa própria expansão da cidade. No caso específico dos Caiçaras II e III as territorialidades se deram a partir de um contexto de exclusão em outras áreas de risco da cidade e nas redondezas.

Sobre estas múltiplas trajetórias espaciais, Massey (2005) dialoga acerca do termo "coetaneidade[58]", isto é, o reconhecimento da contemporaneidade como condição de um verdadeiro conflito dialético dos tempos:

> A regulação do mundo em uma trajetória única via concepção temporal do espaço, era, e ainda freqüentemente é, um meio de recusar-se a tratar a multiplicidade essencial do espacial. Trata-se da imposição de um único universal.
> (...) o reconhecimento da espacialidade envolve (poderia envolver) o reconhecimento da coetaneidade, a existência de trajetórias que tem, pelo menos, algum grau de autonomia em relação à outra (que não são necessariamente alinháveis em uma estória linear). (...) Lugares, em vez de serem localizações de coerência, tornam-se focos de encontros e do não encontro do previamente não-relacionado e assim essencial para a geração do novo. O espacial, em seu papel de trazer distintas temporalidades para novas configurações, desencadeia novos processos (*Op Cit*, p.111).

Pode-se destacar de acordo com a menção, a imposição de um tempo linear, negligente ao conflito dialético, tornando-se um tempo da relação de poder e de controle, uma imposição de processos espaciais únicos em realidades destoantes. A realidade sócio-geográfica da área estudada elucida bem o conflito entre a dinâmica de expansão de uma região de Juiz de Fora (Cidade Alta), e a dinâmica de consolidação enquanto bairro de um conjunto habitacional, produto da agregação de grupos de moradores oriundo de lugares e condições de classe diferenciadas.

David Harvey em seu livro *A Condição Pós Moderna* (2007) discorre sobre o *Tempo e o Espaço como Fontes do Poder Social*[59], destacando principalmente o papel do dinheiro no controle do tempo de vida dos trabalhadores em função da circulação e aceleração da ampliação do capital, o que de certa forma fomenta os conflitos temporais:

---

[58] Termo adotado por Johannes Fabian em estudo antropológicos ao considerar o tempo do outro
[59] Título de um dos Capítulos do Livro

> (...) a progressiva monetização das relações na vida social transforma as qualidades do tempo e do espaço. A definição de “um tempo e um lugar para tudo” muda necessariamente, formando uma nova estrutura de promoção de novos tipos de relações sociais. (...) O capitalismo, tem se caracterizado devido a isso, por contínuos esforços redução do tempo do giro, acelerando assim processos sociais, ao mesmo tempo em que diminui os horizontes temporais das tomadas de decisões significativas. (...) O efeito geral é, portanto, colocar no centro da modernidade capitalista a aceleração do ritmo dos processos econômicos e por conseqüência, da vida social. Mas essa tendência é descontínua, pontuada por crises periódicas, porque os investimentos fixos em instalações e equipamentos, bem como em formas organizacionais e habilidades de trabalho, não podem ser modificados com facilidade. A implantação de novos sistemas tem de esperar a passagem do tempo de vida “natural” da fábrica e do trabalhador, ou empregar o processo de “destruição criativa”, que se baseia na desvalorização ou destruição forçadas de ativos antigos para abrir caminhos novos. Como isso implica uma perda de valor mesmo para os capitalistas, poderosas forças se opõe a este processo. (*Op Cit*, 2007, p.209-210)

É importante destacar esta referência, pois a necessidade da aceleração dos tempos da circulação e (re) produção do capital insere espacialmente uma lógica necessária a esta (re) produção, podendo colocar em choque as múltiplas temporalidades. A dinâmica de instalação de fixos e fluxos territoriais com intuito de ampliar o capital, aliada a um discurso de expansão e valorização choca-se com a dinâmica da reprodução da vida do trabalhador, evidenciando o papel central da luta de classe no desacordo dos tempos e espaços, conformadores da urbanização capitalista.

Nesse sentido, Lefebvre (*Apud* Harvey, 2001) destaca que apenas a luta de classes e capaz de diferenciar os conflitos que sejam induzidos pelo crescimento econômico, ou até mesmo não induzidos ou aceitos por ele. Os muros materializam processos espaço-temporais desiguais, as representações expressam a manutenção das contradições. Cabe então, destacar a necessidade de se abordar de maneira dialética espaço e tempo para compreensão da realidade/totalidade.

4.1 – ESPAÇO-TEMPO: ABORDAGEM DIALÉTICA PARA A COMPREENSÃO DA REALIDADE/TOTALIDADE.

Nos diálogos sobre o método neste trabalho procurou-se estabelecer uma abordagem que saísse da lógica formal, criadora de leis e modelos rígidos de apreensão do real. Buscou-se tratar a relação espaço-tempo, ou melhor, sua composição inseparável à maneira dialética, entendendo a dialética como totalidade das várias dimensões: econômicas, sociais, políticas, naturais, culturais e etc.

Algumas concepções do espaço-tempo (conforme dito anteriormente) foram postas em conflito com os pressupostos da compreensão materialista e dialética. Estas, passaram desde os idealismos heglelianos, o cartesianismo de Newton, até a fenomenologia de Husserl, que atribuía ao o caráter das sensações e abstrações, o entendimento do espaço e do tempo (GOMES, 1991)[60]. Para estes filósofos, o espaço e tempo eram imaginados dentro de um movimento mecanicista, que atribuía uma ordem geral e única sem conflito a estas duas dimensões.

Por outro lado, nas concepções materialistas mais enveredadas ao marxismo, o espaço e o tempo se ligavam organicamente através da matéria e de acordo com Gomes (1991) não haveria espaço e tempo sem a matéria:

[60] Horiestes Gomes

> Não há matéria fora do espaço e do tempo, como também não espaço e tempo fora da matéria. Eles são inseparáveis e, pelo fato de não existir sem movimento, fazem parte da dinâmica da matéria. O espaço se reproduz indefinidamente como novo espaço e o tempo como novo tempo (*Op Cit*, 1991, p.52).

Konstantinov (*Apud* Gomes, 1991) ainda reforça o caráter objetivo e relacionado do espaço e do tempo:

> O conceito de espaço exprime a coexistência das coisas e o afastamento entre si, a sua extensão e a ordem em que estão dispostas umas em relação às outras, (...) o tempo caracteriza a conseqüência do desenrolar dos processos materiais, o afastamento entre si dos diferentes estágios destes processos, a sua duração e seu desenvolvimento (Konstantinov, 1975, p. 96-97).

O conflito epistemológico entre os idealismos, o cartesianismo e o materialismo, representou o conflito entre o discurso da neutralidade atribuído pelo movimento mecanicista uno e metafísico e o discurso compreensão da totalidade da formação econômico-social, evidenciando então, o caráter político e ideológico da análise da relação espaço-tempo.

Não se trata de atribuir ao materialismo, o papel determinante para toda e qualquer análise do espaço e do tempo, trata-se, portanto de considerar uma dialética total, que abarca todas as dimensões (subjetivas e objetivas) no movimento do universo.

A compreensão do movimento dialético conforma-se como um espiral de movimentos menores de regressos e avanços. Gomes (1991) ilustra a diferencia entre o movimento dialético e o movimento mecanicista do espaço e do tempo:

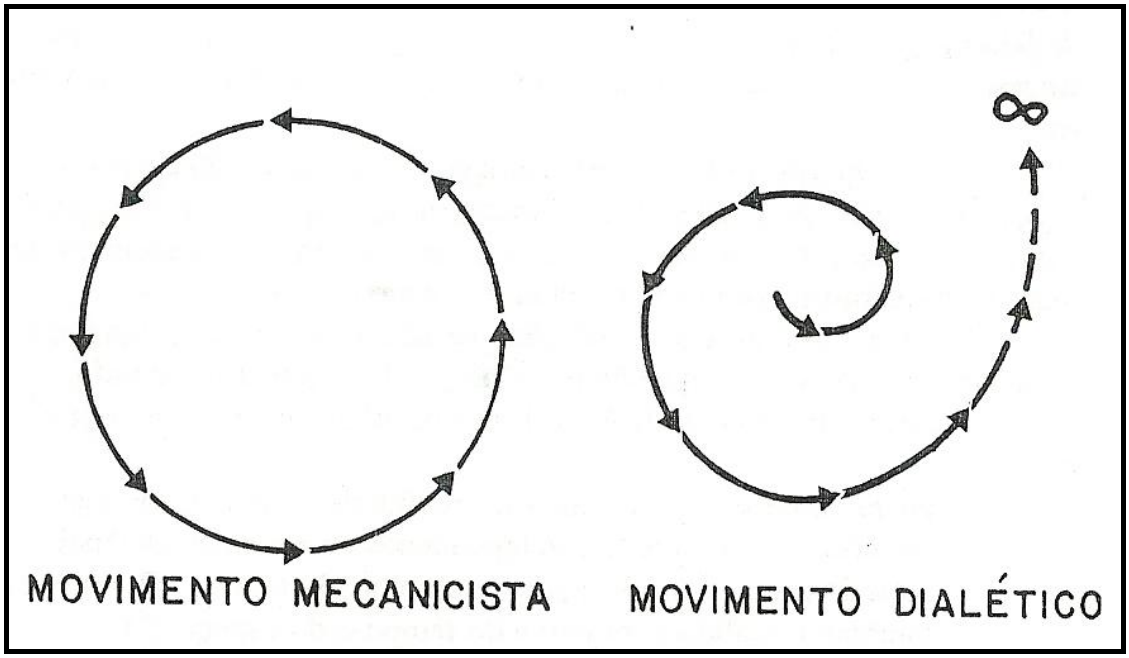


Figura 18: Comparação entre o movimento único do tempo na perspectiva mecanicista e o movimento dialético em espiral, composto por avanços e regressões concomitantes, num movimento que tende ao infinito
Fonte: GOMES, Horiestes. **Reflexões sobre teoria e crítica em Geografia**. Goiânia: ABBU, 1991.

Assim, a necessidade do nos aproximarmos do conhecimento da totalidade/realidade, nos leva principalmente a análise do espaço e do tempo além de associada, dialética e como síntese, reafirmando o movimento da totalidade de maneira contínua, porém inacabada em suas expressões concretas:

> A visão de conjunto – ressalve-se – é sempre provisória e nunca pretende esgotar a realidade a que ele se refere. A realidade é sempre mais rica do que o conhecimento que a gente tem dela. Há sempre algo que escapa às nossas sínteses; isso, porém, não nos dispensa do esforço de elaborar sínteses, se quisermos entender melhor a nossa realidade. A síntese é a visão de conjunto que permite ao homem descobrir a estrutura significativa da realidade com que se defronta, numa situação dada. E é essa estrutura significativa – que a visão de conjunto proporciona – que é chamada totalidade (KONDER *Apud* Gomes, 1991, p.66)

. É no contexto da síntese, ou seja, da visão de conjunto, que tratamos a relação espaço-tempo na pesquisa empírica desta monografia. Almejou-se entender como o conjunto habitacional Jardim Caiçaras se relaciona com dinâmica de urbanização da Cidade Alta no conflito entre a reestruturação do capital e a territorialização da vida, em torno das questões sociais essências mostradas através das formas do passado acumuladas no presente.

4. 2 – DIÁLOGOS FINAIS: PARA NÃO CONCLUIR...

Procurou-se nesta reflexão, contribuir no debate sobre o caráter histórico do espaço, assim como reforçar o caráter espacial do tempo, entendendo o espaço geográfico como um espaço social, imbuído de dinâmicas de vidas múltiplas, que às vezes destoantes da dinâmica imposta pelo capital, apresentam-se na paisagem como formas conflitantes.

Constantemente nos recorre a necessidade de “correr atrás” do tempo perdido, que na verdade é um tempo apropriado pelo capitalismo, que deixou de ser o nosso tempo, desde a apropriação do trabalho alheio, na gênese do próprio sistema capitalista. Essa dissonância temporal também tomou formas, nos espaços produzidos e reproduzidos pelas relações sócio-espaciais.

A cidade capitalista, como expressão da acumulação desigual dos tempos, mostra em suas formas os diferentes níveis de exploração. Temos hoje espaços funcionais, espaços de luxo, viveiros de mão de obra, guetos marginais e etc, que de certa forma, seguem a lógica da (re)produção capitalista.

Neste contexto em que os tempos se conflitam, a dicotomia entre o aqui (espacial) e o agora (temporal) fica evidente, o espaço que une é mesmo que separa o que atrasa é o mesmo

que moderniza, nesse jogo contraditório de interesses entre classes e grupos sociais que compõe nossa sociedade.

Analisamos a realidade de um conjunto habitacional, que em sua gênese é produzido como reduto de mão-de-obra de trabalhadores, que se territorializam a partir de questões essenciais à vida como: moradia, alimentação, educação, mobilidade e etc. O conflito é estabelecido nos diferentes extratos sociais que compõe o lugar, que apesar de ser concebido a partir da agregação de uma demanda coletiva, ou seja, da garantia moradia para famílias de baixa renda, vem sofrendo investidas do capital, acelerando suas dinâmicas de vida no contexto de expansão cada vez maior da Cidade Alta.

Nesse sentido, a inspiração de trabalhar o *Ser* (temporal) e o *Estar* (espacial) surge a partir da necessidade de avaliar o grau de interação destas comunidades frente a esta expansão, através dos equipamentos urbanos, dos serviços essenciais e também o nível de organização coletiva em prol de uma vida mais justa. Necessidade esta, que nos levou a uma análise mais detalhada dos processos espaços-temporais, que compõem complexidade das relações no contexto da urbanização capitalista.

Concebeu-se o trabalho a partir de uma análise crítica, sem sectarismos teórico-metodológicos e dogmatismos. A própria composição desta monografia, passa por vários diálogos teórico-empíricos e percursos metodológicos, que vão desde a observação participante, passando pelos diagnósticos sócio-ambientais, até mesmo a análise de publicações e planos oficiais, evidenciando a construção de um trabalho científico sem leis gerais de apreensão da realidade.

Aproximamos os pressupostos teóricos do trabalho aos pressupostos da Geografia Crítica, consolidada a partir várias concepções, teórico, político e filosóficas como: o anarquismo, o marxismo, ao pensamento de Michel Foucault a Escola de Frankfurt e outros autores. Na tentativa de realizar uma leitura mais ampla do espaço geográfico, pretendeu-se

atribuir à Ciência, um caráter de (*Cons)ciência*, que em suma pudesse ser construída como uma ferramenta de superação das contradições.

Autores clássicos como Elisée Reclus, Piotr Kropotkin, Jean Brunhes desenvolveram seus estudos alinhados a este propósito, reforçados posteriormente no advento da Geografia Crítica a partir do final da década de 70, principalmente na figura de Yves Lacoste. A gneosologia espacial de Milton Santos, Ruy Moreira, Ariolvaldo Umbelino, Armando Correia, Antônio Carlos Robert Moraes e Horietes Gomes, contribuiu em grande parte para o entendimento da Ciência Geográfica como instrumento de transformação superação das desigualdades:

> Nosso problema teórico e prático é do reconstruir o espaço para que não seja o veículo de desigualdades sociais e, ao mesmo tempo, reconstruir a sociedade para que não se criem ou preservem desigualdades sociais. Em outras palavras, trata-se de reestruturar a sociedade e dar uma outra função aos objetos geográficos concebidos com um fim capitalista, ao mesmo tempo em que os novos objetos espaciais já devem nascer com uma finalidade social... Destemporalizando o espaço e desumanizando-o, a Geografia acabou dando as costas ao seu objeto se terminou sendo "uma viúva do espaço" (SANTOS *Apud* GOMES, 1991, p.71)

Outro aspecto importante da abordagem associada entre espaço e tempo na monografia, é a crítica ao processo de fragmentação da ciência, produto da divisão social do trabalho, que reforçou o a separação entre sociedade e natureza, tornando o homem mais passível da alienação e exploração. Esta divisão foi sucedida pela divisão da vida do homem em vários ramos do conhecimento - a dicotomia entre espaço e tempo, também se relaciona a este processo, o que nos dizeres de Gomes (1991) enfraquece o caráter analítico e de síntese da própria ciência:

> Não há espaço sem tempo e tempo sem espaço. Daí, a ordem espácio-temporal (sic) que se encontra no fato geográfico que se pesquisa possui maior valor analítico/sintético. Se a organização do espaço é diferente de organização de tempo, isto se aplica no âmbito de suas categorias analíticas, individuais. Já o espaço como realidade global exige que simultaneamente à pesquisa analítica, se proceda a busca da totalidade dialética na relação espácio/temporal dentro de cada modo de produção, na proporção em que o conhecimento de cada formação econômico-social é revelado. Mesmo a nível de nós pesquisarmos um determinado fato geográfico à escala local, digamos o estudo de uma implantação industrial em nossa Capital, devemos buscar conhecê-lo em sua estrutura espacio/temporal (*Op Cit*,1991, p.68).

Sendo assim e de acordo com uma lógica totalizante, associando as escalas, trabalhou-se na pesquisa, o arranjo espacial de um conjunto que se consolida enquanto bairro, suas relações com a dinâmica da cidade, dentro da premissa espaço-temporal, diferenciando aspectos singulares da sua realidade, expressando alguns conflitos.

Resta-nos a tecer a necessidade de se abordar a dialética do movimento espaço-temporal para melhor entender os conflitos na paisagem urbana, em crítica ao pensamento uniforme, que coloca a cidade em um processo linear de urbanização. Esperamos ter contribuído, mesmo que de maneira limitada em termos acadêmicos, nesse debate para a Geografia.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Renato. **Desigualdade social e pobreza. O lugar dos pobres na cidade – pobreza e espaço urbano em Juiz de Fora – MG,** 2006, XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ 2006.

RODRIGUES, Andréia de Souza Ribeiro. **Atuais Dinâmicas Socioespaciais: A Habitação em Juiz de Fora / MG.** 2005. 146 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.

BOTELHO, Adriano. **O Urbano em Fragmentos: A Produção do Espaço e da Moradia pelas Práticas do Setor Imobiliário.** São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1995.

CHRISTOFOLETTI, Antônio. **As características da nova geografia.** 2ed. São Paulo: Difel, 1985.

DAMIANI, Amélia Luisa. **População e Geografia. São Paulo: Contexto, 1991.**

Duarte, Regina Horta. **Natureza e Sociedade, evolução e revolução: a Geografia libertária de Elisée Reclus**. São Paulo: REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA, V.28, nº. 51, p11-24, 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais.** Presidente Prudente: REVISTA NERA – ANO 8, N. 6 – JANEIRO/JUNHO DE 2005.

FEYERABEND, Paul. **Contra o método**. 2 ed. São Paulo: UNESP, 2007.

GERALDO, Watuse, Mirian de Jesus. **Novas Dinâmicas Socioespaciais na Cidade Alta de Juiz de Fora-MG.** 2011. 125f. Monografia (Bacharelado em Geografia), UFJF, Juiz de Fora, 2011.

GOMES, Horiestes. **Reflexões sobre teoria e crítica em Geografia**. Goiânia: ABBU, 1991.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da desterritorialização**: **Do fim dos territórios a multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HARVEY, David**. A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Anna Blume, 2005.

_____. **Condição pós-moderna**. 16ª ed. São Paulo: Loyola, 2007.

IBGE, 2011. **Cidades**. Dados referentes ao município de Juiz de Fora, fornecidos em meio eletrônico. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1. Acesso em Mai. De 2011.

JUIZ DE FORA. **Plano Diretor da Cidade Alta.** Síntese. Juiz de Fora: Prefeitura Municipal, 1978.

_____. **Juiz de Fora Sempre. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano.** Juiz de Fora: FUNALFA Edições, 2004.

_____. **Mapa da Exclusão Social.** Disponível em: http://www.acessa.com/cidade/arquivo/jfhoje/2009/02/10-exclusao. Acesso: 16 Jun. de 2010.

KROPOTKIN, Piotr. **O que a Geografia pode ser** (trad.) *Apud* VICENTINI, José William. GEOCRÍTICA**.** Disponível: www.geocritica.com.br/ensinohtm Acesso: 22 Mai. 2009.

LABORATÓRIO DE TERRITORIALIDADES URBANO-REGIONAIS – LATUR/UFJF. **Pesquisa de Campo.** Juiz de Fora: 2010.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2009.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**, v.1. 13ª Ed. Bertrand Brasil: São Paulo, 1989, p. 174.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço: Uma nova política de espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

MORAES, A. C. R. **Geografia, pequena história crítica.** São Paulo: Hucitec, 1987.

MORAES, A. C. R, COSTA, Wanderley Messias. **A Geografia e o processo de valorização do espaço.** In SANTOS, Milton. (Org.): **Novos Rumos da Geografia Brasileira.** 1ª ed. São Paulo: Hucitec, 1982.

MOREIRA, Ruy. **A Geografia serve para desvendar máscaras sociais**. In: Geografia Teoria e Crítica. Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. **O discurso do avesso**. São Paulo: Dois pontos, 1987.

_____O pensamento geográfico brasileiro v.1: as matrizes clássicas e originárias. 1ª Ed. São Paulo: Contexto, 2008

MENEZES, Maria Lucia Pires. **Juiz de Fora e a moradia popular: o Alto Santo Antônio**. 2003, V Colóquio Internacional de Geocritica. Barcelona.

_____.Novas Geografias no Espaço Urbano-Regional de Juiz de Fora. Belo Horizonte: FAPEMIG. Projeto de Pesquisa. 2007

_____. **Trajetórias urbanas: Ser e Estar na Cidade Alta de Juiz de Fora. Juiz de Fora**: PROEXT/UFJF. Projeto de Extensão. 2008.
NEGRA, Carlos Alberto Serra, NEGRA, Elizabete Marinho Serra. **Manual de Trabalhos Monográficos de Graduação, Especialização, Mestrado e Doutorado**. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

OLIVEIRA. Ariovaldo Umbelino. **Espaço e tempo: compreensão materialista e dialética.** In SANTOS, Milton. (Org.): **Novos Rumos da Geografia Brasileira.** 1ª ed. São Paulo: Hucitec, 1982.

PIRES, Hidenburgo Francisco. **Reflexões sobre a contribuição da Geografia histórica e da Geohistória na renovação dos pensamentos geográfico e histórico no século XX**, 2008, I Colóquio Brasileiro de História do Pensamento Geográfico.

PIZZOLATTI, Roland Luiz, ROCHA, Fernando Goulart. **Cidade: espaço de descontinuidades.** Rio Claro: Revista Estudos Geográficos, UNESP/Rio Claro, v.3(2): p. 45-53, Dezembro de 2005. Disponível em: http://www.rc.unesp.br/igce/grad/geografia/revista.htm. Acesso: 20 Dez. 2010.

PRIGOGINE, Ilya. **O fim das certezas: tempo, caos e as leis da natureza**. 1ª Ed. São Paulo: UNESP, 1996.

RIBEIRO, Guilherme. **Espaço, tempo e epistemologia no século XX: a Geografia na obra de Fernand Braudel.** 2008. 383 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Curso de Pós Graduação da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008

RIBEIRO. Wagner Costa. Relação **Espaço/Tempo: Considerações sobre a materialidade e dinâmica da história humana**. Revista Terra Livre, São Paulo, Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), n.4: p.39 – 53, 1988.

SACK, Robert. Territorialidade Humana. Cambridge, 1989.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Edusp, 2004

_____. **A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão emoção.** São Paulo. HUCITEC, 2002.

_____. **O dinheiro e o território**. In *Revista* **Território Territórios.** Programa de Pós – Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2002.

SOJA, Edward William. **Geografias Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, Marcelo Lopes José. **O Território: sobre espaço e poder**. In CASTRO, Iná Elias. & GOMES, Paulo César da Costa. (Orgs.): **Geografia: conceitos e temas.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

VESENTINI, José Willian. **Geografia e liberdade em Piotr Kropotkin**: apresentação para uma coletânea de textos publicada pela Associação dos Geógrafos Brasileiros, seção São Paulo: Seleção de Textos n.13, Março de 1986.

ANEXOS

QUESTIONÁRIOS CAIÇARAS

SUMÁRIO

METODOLOGIA _____ **81**

1. **Metodologia Geral** _____ **82**
2. **Origem dos Moradores** _____ **83**
3. **Situação Econômica do Chefe da Família** _____ **84**
4. **Local de Trabalho dos Moradores** _____ **85**
5. **Faixa Etária e Escolaridade** _____ **85**
6. **Situação do Pagamento do imóvel** _____ **85**
7. **Atendimento dos Serviços de Saneamento Básico** _____ **86**
8. **Ocorrência de Doenças** _____ **86**
9. **Local de Estudo dos Moradores** _____ **86**
10. **Principais Carências** _____ **87**
11. **Participação em Movimentos Sociais** _____ **87**
12. **Participação em Programas Sociais** _____ **87**
13. **Melhorias no Bairro Segundo Moradores** _____ **88**

METODOLOGIA

O levantamento de dados no Bairro Jardim Caiçaras ocorreu em três etapas consoantes às fases de implantação do loteamento. O levantamento consistiu na aplicação de um questionário composto por 39 perguntas divididas em subitens, englobando informações sócio-econômicas, sócio-ambientais, informações sobre a mobilidade dos moradores, sobre saneamento básico e acerca da percepção dos moradores sobre a infra-estrutura e serviços urbanos e tratamento da prefeitura, entre outras (ver questionário em anexo). Todas as ruas do Caiçaras I, Caiçaras II e Caiçaras III foram visitadas três vezes com o objetivos de pesquisar um maior número possível de casas.

Entre maio e outubro de 2009 foi realizado o levantamento de dados no Caiçaras I, composto por um total de 415 unidades habitacionais, das quais 172 foram pesquisadas, 29 estavam vazias por motivo de reforma, aluguel ou venda e 18 moradores não quiseram responder a pesquisa. A aplicação de questionários no Caiçaras II ocorreu entre abril e junho de 2009, totalizando 101 casas pesquisadas do total de 180 que o compõem, as casas vazias eram apenas 2 e uma moradora não quis responder a pesquisa. No Caiçaras III foram pesquisadas 14 casas e uma moradora não quis responder, num total de 15 casas de alvenaria e uma de madeira.

O tratamento dos dados ocorreu em duas etapas principais. A primeira a partir da elaboração de um modelo de tabulação no programa de estatística SPSS 8.0 e a inserção de dados em três documentos diferentes, um para cada formação territorial do bairro, a fim de gerar tabelas. A partir das tabelas os dados foram inseridos no EXCEL, iniciando-se a elaboração de gráficos e tabelas comparativos.

Conforme supracitado nossos universos de analise são bastante diferenciados, assim transformamos os valores absolutos em porcentagens, permitindo uma análise comparativa. Devido à ampla quantidade de dados quantitativos e qualitativos, alguns itens receberam tratamento diferenciado, com elaboração de tabelas e gráficos diferentes, sendo necessário explicitar a análise de cada um deles.

Cabe destacar que as questões 19 e 22 do questionário (em anexo), referentes à destinação final do lixo domiciliar e a necessidade de visitas especiais de médicos, enfermeiros e agentes de saúde do Programa de Saúde da Família - PSF, não originaram gráficos e/ou tabelas, na medida em que todos afirmaram ser única forma de destino do lixo o Departamento Municipal de Limpeza Urbana - DEMLURB e nenhum morador foi atendido pelo PSF.

É importante ressaltar que esta metodologia foi adotada para melhor compreensão do “LUGAR” diante da complexa formação social e territorial do Jardim Caiçaras.

1. Metodologia Geral

Dentro de cada universo pesquisado criamos um gráfico comparativo que expressa a totalidade do Jardim Caiçaras e utilizamos a porcentagem para equipararmos a diferença amostral de cada unidade territorial. Nesta metodologia foram criados os seguintes gráficos:

- Atendimento do PSF;
- Atendimento dos Agentes da Zoonose;
- Atendimento Médico;

- Avaliação do Atendimento da Prefeitura Municipal;
- Avaliação do Sistema de Saúde;
- Avaliação do Transporte Público;
- Local de Compras dos Moradores;
- Motivo da Mudança para o Bairro;
- Número de Moradores;
- Número de Pessoas Trabalhando por Residência (Neste item foi contabilizado apenas o percentual de pessoas exercendo atividades remuneradas);
- Número Médio de Cômodos por Moradia;
- Opções de Lazer;
- Percepção dos Moradores em Relação a ReBio Santa Cândida;
- Percepção dos Moradores em Relação as Torres de Transmissão de Energia da Cemig;
- Presença de Pragas nas Ruas e Residências;
- Relação com a Casa;
- Renda Familiar;
- Segurança no Bairro;
- Situação Conjugal do Chefe da Família;
- Tempo de Moradia;
- Usos das Residências.

2. Origem dos Moradores

Este item foi subdividido em três itens: Estado, Cidade e Bairro de origem.

- Origem dos Moradores por Estado

No gráfico que representa o Estado de origem dos moradores inserimos três variáveis: Minas Gerais, Outros Estados (foi detalhada em um gráfico a parte) e Não Informou.

- Origem dos Moradores por Cidade e Estado

Neste item não foi realizado nenhum cálculo, utilizamos números absolutos e geramos gráficos e tabelas para identificar o processo de migração municipal, possibilitando também visualizar o estado.

- Origem dos Moradores por Regiões Urbanas de Juiz de Fora

Para identificar melhor a migração intra-urbana os bairros foram agrupados nas seguintes regiões da cidade: Norte, Nordeste, Leste, Sudeste, Sul, Centro e Zona Rural.

3. Situação Econômica do Chefe da Família

Neste item para identificar a ocupação do Chefe da Família dividimos nos seguintes segmentos: desempregados, aposentados/pensionistas, trabalhadores informais e empregados. No segmento de empregados, fragmentamos as seguintes profissões em três grupamentos: funcionalismo público, prestação de serviços e construção civil. Foram gerados então dois gráficos: o primeiro para quantificar os segmentos e o segundo para identificar em qual grupamento profissional se enquadra a atividade realizada pelo Chefe da Família. Para gerar o primeiro gráfico utilizamos a metodologia geral e para o cálculo do segundo utilizamos como universo amostral o total de chefes empregados em cada unidade territorial.

4. Local de Trabalho dos Moradores

A variável *NÃO SE APLICA* que encontraremos no gráfico foi utilizada, porque há alguns domicílios que os residentes não exercem nenhuma atividade.

5. Faixa Etária e Escolaridade

Para gerar os gráficos dos dois itens utilizamos o universo amostral do somatório da população pesquisada do Jardim Caiçaras: as 172 moradias do Caiçaras I totalizaram 546 moradores, no Caiçaras II as 101 moradias totalizaram 347 moradores e no Caiçaras III um total de 52 sendo 14 moradias pesquisadas. Posteriormente fizemos à média com base na população total pesquisada em cada unidade territorial. Geramos gráficos que expressão a totalidade do Jardim Caiçaras dentro do universo pesquisado através do comparativo de cada unidade territorial, utilizamos a porcentagem para equiparar os dados a diferença da amostragem populacional do Jardim Caiçaras.

6. Situação do Pagamento do imóvel

A variável *NÃO SE APLICA* foi utilizada para identificar as residências ocupadas ou emprestadas.

7. Atendimento dos Serviços de Saneamento Básico

Neste item trabalhamos o saneamento básico composto por: água potável, rede de esgoto e coleta de lixo. A periodicidade da coleta de lixo e coleta seletiva terá gráficos a parte e para o cálculo o universo utilizado é o de número de residências atendidas pelo DEMLURB.

8. Ocorrência de Doenças

Neste item a ocorrência de doenças está relacionada às condições ambientais por residências. Foram gerados então dois gráficos: o primeiro para quantificar os que apresentaram e não apresentaram doenças; no segundo as doenças foram especificadas. Para gerar o primeiro gráfico utilizamos a metodologia geral e para o cálculo do segundo utilizamos como universo amostral o total de famílias que apresentaram doenças em cada unidade territorial.

9. Local de Estudo dos Moradores

Neste item a variável *FILHOS NÃO ESTUDANDO* podem representar que:

- os filhos estão em idade escolar, mas não conseguiram matrícula;
- os filhos estão em idade escolar, mas não freqüentam a escola.

10. Principais Carências

É importante ressaltar que neste item os entrevistados apresentaram mais de uma carência. Cabe informar que a coleta dos dados se deu em diferentes períodos, e que ocorreram ações do poder público que alteraram o espaço vivido dos moradores entrevistados. A coleta de dados no Caiçaras I ocorreu no período de abril de 2009 a outubro do mesmo ano no Caiçaras II e III ocorreu no período de abril a junho de 2010, sendo os dois últimos pesquisados no período em que o bairro estava pavimentado.

11. Participação em Movimentos Sociais

Foram gerados dois gráficos: o primeiro para identificar a participação em movimentos sociais e o segundo para especificar os movimentos, sendo que o universo de análise para o segundo foram os entrevistados que participam de movimentos sociais. A variável OUTROS engloba, sindicatos, associações e etc.

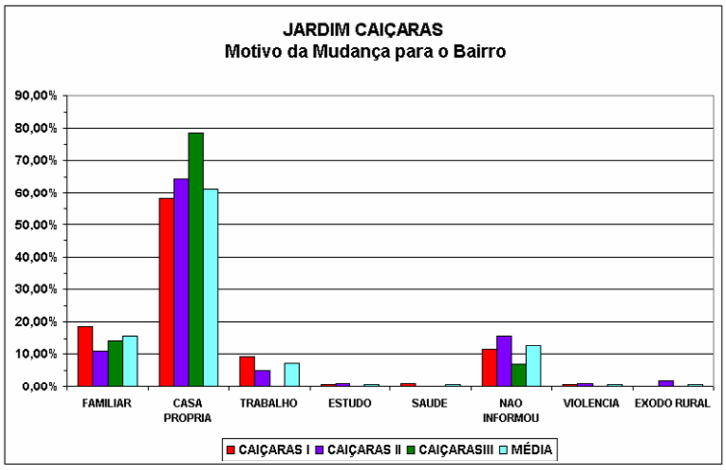
12. Participação em Programas Sociais

Foram gerados dois gráficos: o primeiro para identificar se os moradores que são atendidos por algum programa social e o segundo para especificar os programas. Neste item o universo utilizado para o cálculo será o número de pessoas entrevistadas que são atendidas por algum programa social.

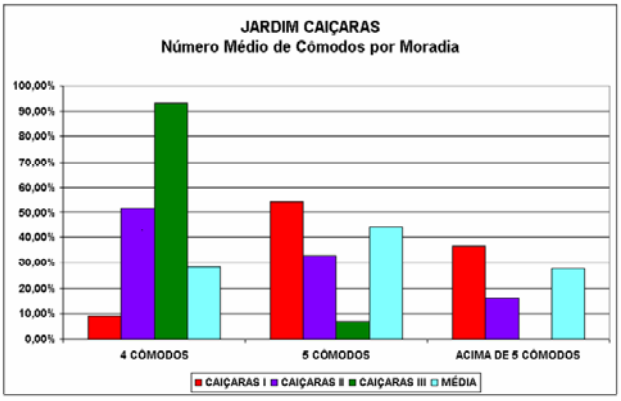
13. Melhorias no Bairro Segundo Moradores

É importante ressaltar que neste item os entrevistados apresentaram mais de uma melhoria. A variável OUTROS representa melhorias no comércio, nas residências, no ambiente e no poder aquisitivo.

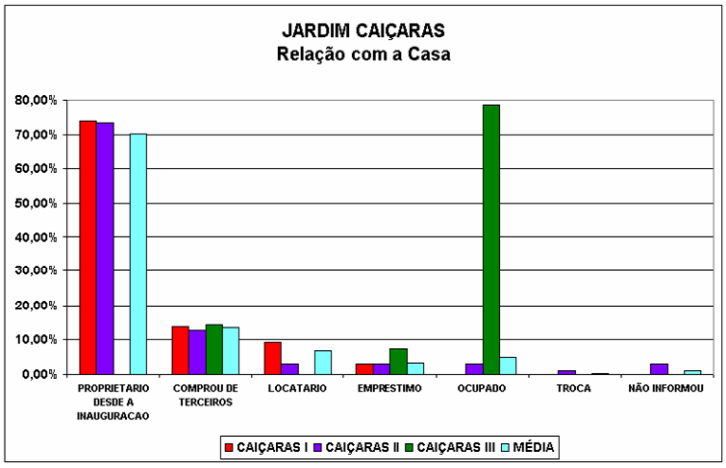
DADOS



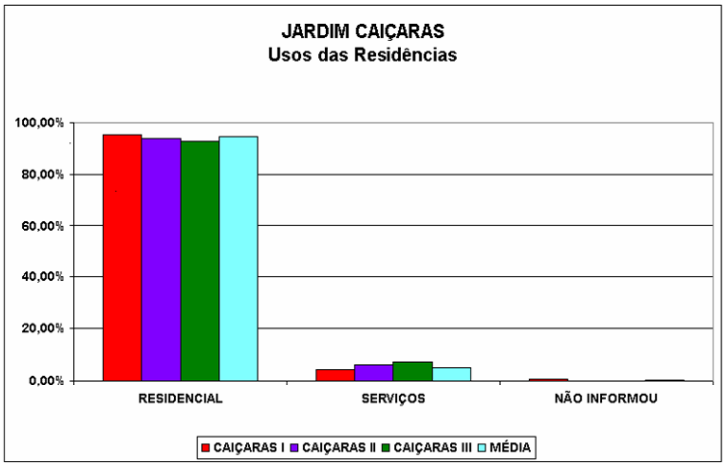
fonte: LATUR, Pesquisa de Campo, 2009/2010.



fonte: LATUR, Pesquisa de Campo, 2009/2010.



fonte: LATUR, Pesquisa de Campo, 2009/2010.



fonte: LATUR, Pesquisa de Campo, 2009/2010.

CAIÇARAS II - Origem dos Moradores por Cidade e Estado

CIDADES	ESTADOS					
	BA	MG	NI	RJ	RS	SP
ANTONIO CARLOS		1				
BARBACENA		1				
CHACARA		2				
CURMERCIN		1				
IBIRATAIA	1					
JUIZ DE FORA		80				
MARIPA DE MINAS		1				
MATIAS BARBOSA		1				
NAO INFORMOU			3		1	
PETROPOLIS				1		
RIO DE JANEIRO				1		
SANTOS DUMONT		1				
SAO PAULO						1
TEOFILO OTONE		1				
TOCANTINS		1				
UBA		2				
VALENÇA				1		
TOTAIS	1	92	3	3	1	1

TOTAL DE ENTREVISTADOS: 101

* Não informou

fonte: LATUR, Pesquisa de Campo, 2009/2010.

QUESTIONÁRIO

Nº da entrevista:___ Nome do entrevistado: _____

Endereço:_____

01 – SEXO:
( ) Mas ( ) Fem

02 – IDADE: _____

03 – ORIGEM (PODE SER MAIS DE UMA RESPOSTA).
( ) Outro Estado? Qual _____
( ) Outras cidades? Quais? _____
( ) Outros bairros de Juiz de Fora? Quais?_____
_ **Qual o motivo da mudança**? _____

04 – SITUAÇÃO CONJUGAL:
( ) Casado ( ) Solteiro ( ) Separado/ Divorciado ( ) Amasiado/Ajuntado

05 – NÚMERO DE MORADORES RESIDENTES EM CASA:
( ) Menos de 3 ( ) Entre 3 e 5 dependentes ( ) Mais de cinco dependentes

06 – SITUAÇÃO ECONÔMICA DO CHEFE DA FAMÍLIA:
( ) Empregado ( ) Desempregado
Função exercida? _____
( ) Biscate ( ) Comerciante _____
( ) Pensão/Aposentadoria

07 – RENDA FAMILIAR:
( ) Menos de 01 salário mínimo ( ) Entre 01 e 02 salários mínimos
( ) Entre 02 e 05 salários mínimos ( ) Mais de 05 salários mínimos
( ) Nenhuma renda

08 – IDADE E OCUPAÇÃO DOS MEMBROS DA FAMÍLIA:
1 - _____
2 - _____
3 - _____
4 - _____
5 - _____
6 - _____

09 – ONDE A MAIORIA DOS MORADORES DA CASA TRABALHA?
( ) Centro da cidade ( ) Outra cidade. Qual? _____
( ) Outros bairros. Qual? _____

10 – ESCOLARIDADE DOS MEMBROS DA FAMILIA:
A - Analfabeto
B - Ensino Fundamental (Até 4° série)
C - Ensino Fundamental (até 8/ série)
D - Médio (Científico)
F - Ensino superior incompleto
G - Ensino superior completo
H - Curso técnico
MEMBROS (NOME DO MEMBRO E LETRA).
1 - _____.
2 - _____.
3 -_____.

4 -_____.
5 - _____.
6 -_____.
7 -_____.

11 – TEMPO DE MORADIA NO LOTEAMENTO
( ) Alguns meses ( ) 01 ano
( ) 01 ano e alguns meses ( ) 02 anos
( ) 05 anos ( ) Desde a inauguração

12 – RELAÇÃO COM A CASA:
( ) Proprietário desde a inauguração
( ) Proprietário por compra em mãos de terceiros
( ) Locatário
( ) Empréstimo
( ) Ocupado sem autorização prévia

13 – SITUAÇÃO DO PAGAMENTO DA PRESTAÇÃO:
( ) Quitada ( ) Pagando ( ) Em atraso
( ) Outros_____ ( ) Não sabe

14 – QUANTOS CÔMODOS TEM SUA CASA?
( ) Entre 1 e 3 ( ) Possui 03 cômodos ( ) Possui 04 cômodos
( ) Possui 05 cômodos ( ) Entre 05 e 08 cômodos ( ) Mais de 08 cômodos

15 – SUA MORADIA É UTILIZADA PARA:
( ) 1. Uso exclusivo residencial
( ) 2. Geração de renda: comércio, produção, prestação de serviços. Qual?_____
( ) 3. Práticas religiosas (cultos, missas)
( ) 4. Associativismo (reuniões comunitárias)
( ) 5. Aluguel de cômodo ou cama
( ) 6. Outros. Quais?:_____

16 – VOCÊ RECEBE ÁGUA TRATADA EM SUA CASA?
( ) Sim ( ) Não
- Se **não**, qual a fonte de abastecimento? _____

17 – EM SUA RUA EXISTE REDE DE ESGOTO FEITA PELA PREFEITURA?
( ) Sim ( ) Não
- Se **não**, qual o destino que você dá para seu esgoto? _____

18 – O SERVIÇO DE COLETA DE LIXO (DEMLURB) PASSA EM SEU BAIRRO REGULARMENTE?
( ) Sim ( ) Não Periodicidade: _____ vezes por semana

19 – QUAL O DESTINO FINAL QUE VOCÊ DÁ PARA SEU LIXO DOMICILIAR?
( ) DEMLURB ( ) Joga em lote vago
( ) Queima ( ) Recicla
( ) Joga em córrego ( ) Outros_____
- E a **Coleta Seletiva** passa aqui?_____

20 – QUANDO VOCÊ PRECISA DE ATENDIMENTO MÉDICO, ONDE VOCÊ RECORRE?
_____

21 – VOCÊ É ATENDIDO PELO PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA?
( ) Sim ( ) Não

22 – VOCÊ RECEBE VISITAS REALIZADAS PELO <u>PSF</u> DE:
( ) Agentes da saúde ( ) Enfermeiros ( ) Não
( ) Médicos ( ) Outros_____

23 – COMO VOCÊ AVALIA O SISTEMA DE SAÚDE DA CIDADE ALTA?
( ) Ótimo ( ) Bom ( ) Razoável ( )Ruim ( ) Péssimo ( ) Ausente

24 – VOCÊ É ATENDIDO PELOS AGENTES DA ZOONOSE?
( ) Sim ( ) Não

25 – VOCÊ NOTA A PRESENÇA DE ANIMAIS COMO RATOS, BARATAS, MOSCAS, ARACNÍDEOS, PRÓXIMO À SUA RESIDÊNCIA?
( ) Sim ( ) Não

26 – ALGUÉM DA SUA FAMÍLIA JÁ APRESENTOU ALGUMA DESSAS DOENÇAS?
( ) Diarréia ( ) Tuberculose
( ) Verminose ( ) Cisticercose
( ) Dengue ( ) Anemia
( ) Leptospirose ( ) Doenças Respiratórias:_____

27 – COMO VOCÊ AVALIA O TRANSPORTE COLETIVO?
( ) Ótimo ( ) Bom ( ) Razoável ( )Ruim

28 – COMO VOCÊ AVALIA AS OPÇÕES DE LAZER DO BAIRRO (PRAÇA, ENTRE OUTRAS)?
( ) Ótimo ( ) Bom ( ) Razoável ( )Ruim **( )** Inexistente

29 – ONDE VOCÊ FAZ COMPRAS?

_____

30 – ONDE SEU FILHO ESTUDA?
Nome da escola**:**_____ Bairro**:**_____

Por Quê? (só se a resposta não for São Pedro**)**

_____

31 – VOCÊ SE SENTE SEGURO NO BAIRRO? POR QUÊ?

_____

32 – O QUE VOCÊ ACHA DO TRATAMENTO DADO PELA PREFEITURA (PJF) AO BAIRRO?
( ) Ótimo ( ) Bom ( ) Razoável ( )Ruim ( )Péssimo

33 – O QUE VOCÊ AVALIA QUE FALTA NO BAIRRO?

_____

34 – VOCÊ PARTICIPA DE ALGUM MOVIMENTO SOCIAL? (sindicato, SPM, igreja)

_____

35 – VOCÊ PARTICIPA DE ALGUM PROJETO SOCIAL DA PREFEITURA? QUAL?

_____

36 – SUA FAMÍLIA É ATENDIDA POR ALGUM PROGRAMA SOCIAL DO GOVERNO? (bolsa família, vale gás, fome zero)

_____

37 – O QUE MELHOROU NO BAIRRO?

_____

38 – QUAL A IMPORTÂNCIA DA MATA?

_____

39 – O QUE VOCÊ ACHA DAS TORRES DE TRANSMISSÃO DA CEMIG?

_____

MAPA DE SUBMORADIA EM JUIZ DE FORA

LOCALIZAÇÃO (REGIÃO URBANA)	NOME DO ASSENTAMENTO	Nº. APROXIMADO DE DOMICÍLIOS	HABITAÇÕES IMPROVISADAS	INDICADORES DE CARÊNCIA
Represa	Vila São Cristovão	20	6	Área pública ocupada por parentes de trabalhadores da CESAMA. Não possui rede de água, esgoto, nem coleta de lixo. Não existe processo de regularização
Benfica	Ponte Preta I	9		Ocupação espontânea nas margens do Rio Paraibuna. Sem infra-estrutura, com moradias muito carentes e sujeitas inundações do Rio.
	Ponte Preta II	30		Ocupação expontânea ao lado do Ponte Preta I. Área pública sem perspectivas de regularização fundiária e condições também muito precárias.
Nova Era	BR-267 (subida de Caxambu)(Vila São Sebastião)	28	28	Ocupação expontânea em área particular. Não possui infra-estrutura, pois o proprietário não permite. Existem casas improvisadas em situação de risco.
Barbosa Lage	Favelinha da FACIT	50		Ocupação consolidada em área particular, sem negociação para regularização fundiária. Desordenamento urbano.
Remonta	Margem Rio Paraibuna	125	50	Área pública com desordenamento total. As

				casas às margens do Rio não tem nenhuma infra-estrutura e são improvisadas.
Jóquei Clube	Prolar	100	5	Ocupação irregular em área particular. Infra-estrutura precária, casas sujeitas a inundações. Em processo de negociação para regularização.
Jardim Natal	Vila Tarcísio	100	10	Ocupação consolidada em processo de regularização, porém, existe área de risco, desestruturação urbanística e casas improvisadas.
	Vila Bejani	41		Área pública com problemas de contenção de encostas, de estruturas urbanísticas e regularização fundiária.
Francisco Bernardino	Amazônia (invasão)	9	9	Invasão recente dentro do loteamento de EMCASA, com moradias totalmente improvisadas e em área de risco extremo.
Carlos Chagas	Parque das Cachoeiras I	50	2	Ocupação espontânea às margens de córrego. A área é de risco e está com processo de remoção movido pela Defesa Civil.
Cerâmica	Rua Coronel Quintão	20	8	Ocupação irregular em área particular. Área de risco em função de barracos, precária infra-estrutura, algumas casas improvisadas e não existe nenhum acordo de regularização em andamento.
Esplanada	Vila Todos Juntos	100		Parte da área é particular e a outra parte foi doada pelo Poder Público. Sem processo

				de regularização, com precária infra-estrutura, desestruturação urbana e áreas de risco por causa dos barrancos.
Borboleta	Encosta do Borboleta	14	14	Espaço cedido pela PJF (Secretaria de Educação) para a Defesa Civil. Pode ser considerada improvisada, pois era uma Escola. (ABRIGO)
	Invasão do Borboleta	150	150	Área particular invadida, sem rede de esgoto, iluminação e pavimentação em negociação na Justiça para regularização.
São Pedro	Caiçaras	40	40	Assentamento espontâneo em área pública, sem a menor infra-estrutura e as moradias são barracos. Área de risco por causa da inundações. Projeto de remoção para local próximo pela EMCASA.
São Geraldo	Escadão	15	6	Área pública em processo de regularização. Muitas casas (improvisadas) apresentam extremo risco, havendo constantes desabamentos e transparências de moradores.
	Vila das Margaridas	16		Loteamento da EMCASA em fase de regularização. Acesso difícil e serviços públicos precários. Área de risco devidos ás encostas.
	Vila da Conquista	70		Loteamento EMCASA em fase de regularização.

				Acesso difícil e serviços públicos precários. Área de risco, com deslizamento de barrancos.
Vila Ideal	Rua Antônio Bitarelli	20	8	Ocupação irregular em área pública e de risco em função de barrancos nos fundos das casas. Acesso difícil, infra-estrutura e serviços públicos extremamente precários.
	Vila Santo Antônio I (Projeto João de Barro)	14		Parte da área foi incorporada pela EMCASA, o restante é ocupado em terreno particular. Infra-estrutura, transporte coletivo e coleta de lixo precárias.
Poço Rico	Seara (EMPAV)	23	11	Área pública irregular. Parte tem ocupação desordenada, com casas improvisadas, sem infra-estrutura.
Floresta	Toza	22		Área particular com características rurais. Precária infra-estrutura e inexistente de serviços públicos.
Retiro	Vila Santo Antônio II	50	2	Ocupação de área pública já regularizada por concessão de uso. Pavimentação precária. Risco, em função de barracos.
Vitorino Braga	Praça Teotônio Vilella	14		Invasões em área particular nas margens do córrego. Precária infra-estrutura e acúmulo do lixo e entulhos.
	Campo do Grotão			Ocupação em área da PJF em processo de regularização. Esgoto proveniente de casas fora do

				assentamento a céu aberto. Problemas no sistema de capitação de águas fluviais.
São Benedito	Loteamento São Paulo	5		Loteamento da EMCASA com características rurais, em processo de regularização. Infra-estrutura e serviços públicos inexistentes. Área de risco.
São Bernardo	Mirante São Bernardo	26	8	Área da PJF não regularizada, com esgoto a céu aberto e configurando área de risco.
Linhares	Três Moinhos	300	10	Ocupação expontânea em área particular. Algumas casa são improvisadas e muitas estão em área de risco. Coleta de lixo precária.
	Rua do Boto I e II	14		Área com ocupação expontânea, posteriormente incorporada pela EMCASA. Coleta de lixo e iluminação só existem em parte do assentamento.
	Grota Funda	36		Ocupação em área da PJF, sem processo de regularização. Precária infra-estrutura e péssimo acesso.
	Grota do Puris	80		Área doada por particular, sem regularização. Ocupação desordenada, acesso difícil, precária infra-estrutura e algumas casa em área de risco.
	Rua Raimundo Tavares	25		Área de propriedade particular, com situação regularizada. Acesso feito por escada extremamente difícil.

				Desestruturação urbana. Sem captação de águas fluviais e pavimentação. Área de risco por deslisamento de barrancos em época de chuva.
	Rua Augusto Vicente Vieira	100		Ocupação em área da PJF, sem processo de regularização. Desestruturação urbanística.
	Vila Yung - Rua B	23		Ocupação em área pública irregular. Acesso difícil, desestruturação urbana e carência de infra-estrutura.
	Alto dos Três Moinhos	150	20	Ocupação expontânea em área da PJF, que aumenta a cada dia. Não possui infra-estrutura alguma. Acesso difícil, desestruturação urbana e muitas casas improvisadas.
Bonfim	Beco da Geni	30		Área particular irregular, alugada pela proprietária. Péssimas casa, com risco de cair. Desordenação urbana com impossibilidade de ordenar. Infra-estrutura precaríssima, acesso dificílimo.
Progresso	Favela do Rato	100	10	Ocupação expontânea nas margens do córrego. Área muito carente, com casas improvisadas e risco permanente. Acesso por escada muito precária. Intenso mal cheiro.
Santa Rita	Vila do "Sô Nenên"	250		Área cedida por particular há muitos anos. Totalmente

				desordenada, com risco de desabamento de barracos e inundações. Acesso difícil e ausência de pavimentação.